



BANCO
FIBRA

**Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
acompanhadas do relatório do auditor independente.**

Em 30 de junho de 2021

Preparadas de acordo com Práticas Contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às
Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil

Índice

Relatório do Auditor Independente.....	1
Relatório de Administração.....	7
Balanço Patrimonial.....	9
Demonstração do Resultado.....	11
Demonstração do Resultado Abrangente.....	12
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	13
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	14
Demonstração do Valor Adicionado.....	15

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional.....	16
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras.....	16
3. Principais Práticas Contábeis.....	16
4. Disponibilidades.....	18
5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	18
6. Títulos e Valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	18
7. Gestão de Riscos e Gerenciamento de Capital.....	20
8. Operações de Crédito, Câmbio e Outros Créditos.....	21
9. Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito.....	22
10. Investimentos.....	22
11. Dependência no Exterior.....	23
12. Depósitos.....	23
13. Captações no Mercado Aberto.....	23
14. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	23
15. Obrigações por Empréstimos no Exterior e Repasses no País.....	23
16. Carteira de Câmbio.....	23
17. Composição de Outras.....	24
18. Outros Valores e Bens.....	25
19. Tributos.....	25
20. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais.....	26
21. Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital.....	27
22. Patrimônio Líquido.....	27
23. Transações com Partes Relacionadas.....	27
24. Limites Operacionais.....	28
25. Informações Complementares.....	29
26. Resultado não Recorrente.....	29
Relatório do Comitê de Auditoria.....	30

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Fibra S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Fibra S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Fibra S.A. e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Fibra S.A e do Banco Fibra S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

(Conforme Nota Explicativa nº 9, Provisão para perdas associadas ao risco de crédito)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA: A Instituição tem como um de seus principais negócios a realização de operações de crédito e financiamentos. Neste sentido, a administração exerce julgamento para fins de determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em conformidade com as regras estabelecidas pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Em 30 de junho de 2021 a Instituição possuía provisões para as operações de crédito e outros créditos com característica de crédito no montante de R\$ 118.788 mil. Em função da determinação do valor recuperável dos créditos ser uma estimativa contábil e possuir aspectos objetivos e subjetivos para sua determinação, consideramos a mensuração dessas provisões como sendo um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto: Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: **(i)** o entendimento do processo estabelecido pela administração, bem como a análise sobre políticas contábeis internas; **(ii)** teste para validação da completude e integridade dos saldos; **(iii)** avaliação da atribuição do nível de provisão do devedor e conseqüentemente a definição do *rating*, através das premissas estabelecidas pela administração, com base nas premissas praticadas pelo mercado; **(iv)** monitoramento do controle e valorização das garantias; **(v)** monitoramentos das transações renegociadas **(vi)** processos estabelecidos pela administração para cumprimento das premissas e normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional. Também foi escopo de nossas análises a avaliação e adequação das divulgações efetuadas pela Instituição na nota explicativa nº 9 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados para fins das provisões para perdas associadas ao risco de crédito, entendemos que os critérios e premissas adotados pelo Banco foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros e derivativos

(Conforme Nota Explicativa nº 6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA: A Instituição utiliza instrumentos financeiros derivativos na sua estratégia de gerenciamento de risco de mercado, realizando operações de Hedge Financeiro e Hedge Contábil. Tais instrumentos financeiros são mensurados a valor justo, conforme estabelecido nas práticas contábeis e regulamentações emanadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Em 30 de junho de 2021 a Instituição possuía contabilizado o montante de R\$ 335.442 mil em sua posição ativa e R\$ 222.373 mil em sua posição passiva, referentes a montantes a receber e a pagar respectivamente, registrados ao valor justo. Considerando tratar-se de contratos com certo grau de complexidade, e que dado ao fato de a mensuração ser realizada levando-se em considerações algumas premissas e, portanto, um maior nível de subjetividade, consideramos o reconhecimento, mensuração e realização desses como sendo um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto: Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: **(i)** o entendimento do processo estabelecido pela administração, bem como a análise sobre políticas contábeis internas; **(ii)** teste para validação da completude e integridade dos saldos; **(iii)** avaliação das contrapartes das operações no intuito de avaliar o risco de não cumprimento dos respectivos contratos; **(iv)** envolvimento de nossos especialistas em precificação e mensuração de instrumentos financeiros derivativos. Os procedimentos utilizados pelos especialistas englobaram: **(a)** teste do desenho e da efetividade dos principais controles estabelecidos para valorização desses instrumentos financeiros; **(b)** análise das principais metodologias de valorização desses instrumentos financeiros e as premissas mais significativas adotadas pela administração mediante a comparação com metodologias e premissas independentes; e **(c)** Reexecução, em base amostral, a valorização de determinadas operações, bem como comparação das premissas e metodologias utilizadas pela administração com nosso conhecimento sobre práticas de valorização usualmente adotadas e analisamos a consistência dessas metodologias com as aplicadas em períodos anteriores. Também foi escopo de nossas análises a validação da adequação das divulgações efetuadas pela Instituição referente as notas explicativas nº 6b, nº 6c, e nº 6d das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, para fins da mensuração a valor justo dos instrumentos financeiros e derivativos, entendemos que os critérios e premissas adotados pelo Banco foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão para passivos contingentes

(Conforme Nota Explicativa nº 20, Ativos e passivos e obrigações legais)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA: A Instituição possui ações que envolvem riscos contingentes tramitando nas esferas judicial e administrativa, de natureza cível, trabalhista e tributária. As referidas ações envolvem discussões sobre o mérito, e possuem aspectos processuais complexos inerentes às legislações vigentes. Para a determinação dos valores a serem provisionados e para determinação do prognóstico de perda são considerados fatores objetivos e subjetivos com base em premissas estabelecidas e julgamento da administração em conformidade com as informações de assessores jurídicos externos. Em 30 de junho de 2021 a Instituição possuía o montante de R\$ 474.983 mil em riscos considerados prováveis e R\$ 480.371 mil em riscos considerados possíveis, ambos de acordo com a Resolução 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Consideramos a mensuração e avaliação quanto a expectativa de realização destes como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: **(i)** validação da efetividade dos modelos utilizados para valorização dos processos judiciais de natureza cível e trabalhista; **(ii)** verificação da metodologia e cálculo de risco referente aos processos tributários; **(iii)** confirmação amostral junto aos assessores jurídicos externos da existência e dos valores envolvidos (quando aplicável); **(iv)** realização de teste de suficiência dos valores provisionados vis-à-vis as perdas efetivas dos processos judiciais encerrados; e **(v)** teste de atualização monetária das provisões (quando aplicável). Também foi escopo de nossas análises a validação da adequação das divulgações efetuadas pela Instituição referente a nota explicativa nº 17c das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, para fins das provisões para passivos contingentes, entendemos que os critérios e premissas adotados pelo Banco foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Crédito Tributário

(Conforme Nota Explicativa nº 19b, Crédito Tributário)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Em 30 de junho 2021, a Instituição possuía o montante de R\$ 1.136.402 mil referente a créditos tributários oriundos de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, os quais a administração entende sua realização viável com base na geração de lucros tributáveis suficientes para a adequada compensação desses créditos tributários. A projeção desses lucros tributáveis é baseada em premissas estabelecidas e fundamentadas pela administração e, portanto, envolvem certo nível de julgamento e subjetividade. Consideramos a mensuração e realização desses créditos tributários como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: **(i)** o entendimento das premissas estabelecidas pela administração, e o teste de sua efetividade, conforme estabelecido nas práticas contábeis e Resolução 3.059/02 alterada pela Resolução 4.842/20 ambas do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requerem a análise das perspectivas de realização desses créditos, mediante a estudo de recuperabilidade dos créditos; **(ii)** validação das movimentações de adições e baixas e da integridade com base em seus respectivos efeitos contábeis. Também foi escopo de nossas análises a validação da adequação das divulgações efetuados pela Instituição referente a nota explicativa nº 19b das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, para fins dos créditos tributários entendemos que os critérios e premissas adotados pelo Banco foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021 foram elaboradas sob a responsabilidade da administração da Instituição e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". Em nossa opinião, essas demonstrações estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

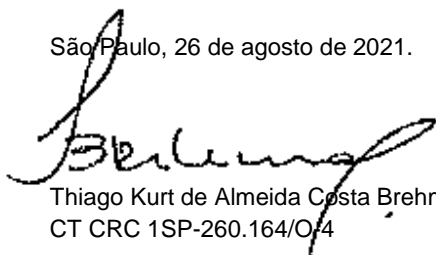
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de agosto de 2021.



Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer
CT CRC 1SP-260.164/O-4

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1

Senhores Acionistas e demais interessados:

Apresentamos as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2021, contemplando o Relatório da Administração, o Relatório do Comitê de Auditoria e as correspondentes informações financeiras revisadas pelos Auditores Independentes, sem ressalvas.

Cenário Econômico

O primeiro semestre de 2021 foi marcado pela recuperação da atividade econômica global e pelo aumento das taxas de inflação nas principais economias – após o bem-sucedido processo de vacinação em massa, principalmente no hemisfério norte.

A economia brasileira foi favorecida pelo avanço da vacinação a partir do 2T e se mostrou mais resiliente às medidas de isolamento, apesar da elevação nas estatísticas de novos casos ao final do 1T ("segunda onda"). De acordo com o IBGE, o setor de serviços, o de maior participação na economia e mais afetado pelas medidas de isolamento, apresentou expansão de 9,5% no primeiro semestre ante o mesmo período de 2020. A produção industrial e o comércio varejista ampliaram cresceram respectivamente 12,9% e 12,3% na mesma comparação. O mercado de trabalho formal criou 1,5 milhão vagas de emprego no 1S21 de acordo com os dados do Caged. Ao mesmo tempo, a taxa de desemprego – medida pelo IBGE – apresentou alta de 0,7 p.p. para 14,6% até maio.

A taxa de inflação medida pelo IPCA registrou forte alta de 3,77% no semestre e de 8,35% em doze meses até junho – muito acima do centro da meta para a inflação de 3,75% definida pelo CMN. As principais fontes de pressão inflacionária foram o choque no preço internacional das commodities e a elevação dos preços administrados, com destaque para a tarifa de energia elétrica e os preços de combustíveis.

O cenário de inflação mais alta e o aumento das expectativas para a inflação futura justificaram o início de um novo ciclo de aperto monetário pelo Copom, elevando a taxa básica de juros Selic de 2,0% em março para 4,25% a.a. no final de junho.

O balanço fiscal do setor público apresentou melhora neste ano em função da retomada da arrecadação e redução dos gastos com programas relacionados à pandemia. Apesar da redução do déficit primário, no entanto, o quadro fiscal ainda é bastante desafiador. O resultado primário do Setor Público registrou déficit de R\$5,2 bilhões (0,13% do PIB) no primeiro semestre ante déficit de R\$402,3 bilhões (11,34% do PIB) no mesmo período de 2020. O resultado nominal, que inclui o resultado primário e os gastos com juros, foi deficitário em 3,66% do PIB no período. A dívida bruta do setor público alcançou 84% do PIB, reduzindo-se 4,87 p.p. em relação ao final do ano anterior (efeito da elevação do PIB nominal).

O saldo total das operações de crédito bancário atingiu R\$4,2 trilhões no final do semestre, com expansão de 16,3% em relação ao primeiro semestre de 2020. A carteira de recursos livres cresceu 16,7% e a de recursos direcionados 15,7%. Houve alta de 24,6% nas operações dos bancos de capital estrangeiro, de 21,8% de bancos privados nacionais e de 9,0% nas operações de bancos públicos.

A balança comercial acumulou superávit de US\$37 bilhões nos primeiros seis meses do ano, o que representa crescimento de 65,8% em relação ao mesmo período do ano passado. Esse superávit é resultado de exportações de US\$136,1 bilhões (alta pela média diária de 35,9% com relação a 2020) e importações de US\$99,2 bilhões (alta de 26,1%).

O cenário para o restante do ano é bastante relacionado à dinâmica das novas variantes do coronavírus em diversos países – que pode afetar o ritmo de recuperação da atividade global – e sinalizações quanto ao início da redução de estímulos monetários nos EUA. No Brasil, as atenções estarão voltadas para a evolução da crise hídrica – oriunda da queda do volume dos reservatórios de água no Sudeste e Centro Oeste – e da antecipação do calendário eleitoral de 2022, além dos riscos fiscais. Para 2021, estimamos alta de 7,7% para o IPCA e crescimento de 5,7% para o PIB.

Resultados Junho de 2021

O primeiro semestre de 2021 foi marcado pelo crescimento da carteira, em especial dos segmentos Corporate, Empresas e PME's, assim como pela melhora dos indicadores de crédito. Neste semestre o rating em escala nacional do Fibra publicado pela agência Standard & Poor's foi elevado de br.BBB- para br.BBB+.

Ao final do primeiro semestre de 2021, o Resultado Operacional foi de R\$38,4 milhões e o Lucro Líquido foi de R\$20,2 milhões.

O Patrimônio Líquido em junho de 2021 totalizou aproximadamente R\$1,2 bilhão.

Carteira

A Carteira de Crédito Expandida totalizou R\$6,4 bilhões ao final de junho do 1S21, com crescimento de 41,6 % nos últimos 12 meses.

Em razão de uma criteriosa política de crédito e da firme gestão dos ativos, a qualidade da carteira de crédito melhorou: em junho de 2021 as Provisões representam 2,1% (versus 3,3% em junho de 2020), a Carteira de Crédito classificada com rating D-H representa 2,5% da Carteira Total (contra 6,0% em junho de 2020) e o Índice de Inadimplência total finalizou em 1,0% (contra 1,7% em junho de 2020).

A Receita Gerencial Comercial (Margem Financeira Clientes) manteve-se praticamente estável, crescendo 2,6% em relação ao mesmo período de 2020, atingindo o total acumulado de R\$124 milhões, com destaque para a Receita Gerencial de Juros (Margem Crédito Clientes), que cresceu 19% em relação ao 1S20, com total acumulado de R\$93 milhões. A Margem Não-Crédito Clientes (Derivativos, Câmbio, Tarifas, Fees e Comissões) totalizou R\$31 milhões no 1S21.

Em junho de 2021 houve melhora na PDD: reversão de R\$ 5 milhões contra uma reversão de R\$ 2 milhões em 1S20.

O Agronegócio continua a ser um segmento estratégico e relevante para o Banco. Mantemos equipes especializadas no setor em todas as áreas relevantes: Comercial, Mesa Clientes, Crédito e Produtos. A Carteira Agro fechou o semestre com volume de R\$0,9 bilhão.

A linha de negócio "Empresas", cresceu 76% no 1S21 em relação a 1S20, totalizando um saldo gerencial R\$ 158,5 milhões em junho de 2021. Essa linha de negócio se mostrou saudável durante a pandemia, as duplicatas mostraram-se líquidas durante à crise e por esse motivo, aceleramos o crescimento desta carteira.

Já a linha de Confirme totalizou o saldo gerencial de R\$1,92 bilhão no 1S21, saldo este 128% maior ao saldo de 1S20 que era de R\$844,0 milhões.

No 1S21 houve um crescimento da carteira da nova plataforma de negócios, Pequenas e Médias Empresas (PMEs). O saldo desta carteira passou de R\$4 milhões em 2S20 para R\$12 mm em 1S21. Continuamos oferecendo produtos como Antecipação de Recebíveis, Cobrança, Capital de Giro e Cash Management através de processos e atendimento via canais digitais.

Captações

O estoque de Captação no final de 1S21 cresceu 17,7% em relação ao mesmo período de 2020 e 6,4% em relação a 2S20, totalizando aproximadamente R\$7,7 bilhões, sendo 98% desse volume originado no mercado local. O descasamento positivo entre ativos e passivos mantém uma situação confortável: os ativos possuíam prazo médio de 165 dias e os passivos 828 dias, reforçando o conservadorismo na administração do "ALM" do Banco.

O Caixa Livre Gerencial encerrou o primeiro semestre de 2021 com R\$1,5 bilhão, em linha com a estratégia de crescimento de carteira planejada para 2021.

Em junho de 2021 as Captações de LCAs, LCIs e LFs representavam 2% do saldo total captado e a participação dos Depósitos a Prazo (CDBs) atingiu o volume de R\$5 bilhões, impulsionados principalmente pelo volume de operações em CDB de médio e longo prazo (emissões de 3, 4 e 5 anos). Não houve emissão de DPGE no 1S21.

Administração de Riscos

O Banco Fibra considera que a gestão de riscos é uma ferramenta estratégica e essencial para a otimização de recursos, possibilitando a melhor relação risco versus retorno de suas operações.

A estrutura de Gestão de Riscos é de responsabilidade da Diretoria de Riscos, Controles Internos, Segurança da Informação e Operações que faz o monitoramento e o controle dos Riscos de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional. A gestão dos riscos cibernéticos também faz parte do escopo sob gestão da área. A aderência à legislação e às regras vigentes é responsabilidade da área de Compliance.

A consolidação das áreas de risco confere um controle integrado e centralizado, o que resulta em sinergia nas ações de gerenciamento de riscos.

A gestão de riscos do Banco Fibra conta com uma sólida governança, com diferentes comitês, convergindo para Comitê de Gestão de Riscos, onde os especialistas da Instituição e a Alta Administração se reúnem, possibilitando a discussão e a rápida deliberação sobre os riscos avaliados.

O Conselho de Administração aprova as principais estratégias e políticas relacionadas ao gerenciamento e controle dos riscos, garantindo assim uma governança corporativa altamente eficiente.

Informações adicionais sobre o gerenciamento de riscos da Instituição podem ser consultadas no site www.bancofibra.com.br, no Relatório de Gerenciamento de Riscos.

Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

O Banco possui em suas demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "disponíveis para venda" e "mantidos até o vencimento", conforme conceitos definidos na Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 do Banco Central do Brasil.

Gestão de Capital

Conforme previsto na Resolução nº 4.557/17, o Banco Fibra implementou sua estrutura de gerenciamento de capital, sob responsabilidade da Diretoria de Riscos e Operações, que atua de maneira integrada com as áreas de Controladoria e Contabilidade. Esta estrutura analisa a adequação dos capitais regulatório e econômico da Instituição no cumprimento de seu plano estratégico, contemplando os principais riscos aos quais a Instituição está exposta, bem como a simulação de eventos severos que possam afetá-la. A descrição completa sobre a estrutura de Gerenciamento de Capital da Instituição se encontra no site do Banco Fibra (www.bancofibra.com.br).

Adequação de Capital

As normas do Banco Central do Brasil estipulam que os bancos devem manter um Índice de Basileia igual ou superior a 9,625%. O Banco Fibra encerrou junho de 2021 com Índice de Basileia de 12,10%.

Recursos Humanos

O Banco Fibra encerrou junho de 2021 com um quadro de 297 colaboradores.

Ratings

O Banco Fibra é avaliado por agências independentes de rating. A agência Standard & Poors elevou a nota em escala nacional do Fibra de br.BBB- para br.BBB+ e manteve a nota em moeda estrangeira em B-. No primeiro semestre de 2021 o Fibra passou a ser avaliado pela Fitch Ratings que atribuiu o rating BBB+ com Outlook estável (escala nacional) e B+ com outlook negativo (escala global) e deixou de ser avaliado pela agência Moody's Corporation. O RiskBank atribuiu 9,91 com baixo risco para curto prazo (BRCP2) com Outlook estável (atualizado em dezembro 2020).

Agradecimentos

A Administração do Banco Fibra S.A. agradece a todos os clientes e investidores pela confiança depositada, aos colaboradores pelo empenho e comprometimento e aos acionistas pelo constante suporte, que tornaram possível o reposicionamento e fortalecimento de nossa instituição.

	Nota	Banco Fibra		Fibra Consolidado	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	3c	114.220	90.815	114.254	90.847
Disponibilidades	4	99.152	88.324	99.186	88.356
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	15.068	2.491	15.068	2.491
Instrumentos financeiros		8.273.221	7.426.418	8.273.221	7.426.418
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	6.397	6.330	6.397	6.330
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros	6a	2.938.740	2.455.211	2.938.740	2.455.211
Operações com características de concessão de crédito	8	5.446.872	5.106.735	5.446.872	5.106.735
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	9	(118.788)	(141.858)	(118.788)	(141.858)
Relações interfinanceiras e interdependências	17h	54.459	71	54.459	71
Outros créditos		2.175.785	1.992.724	2.177.813	1.994.724
Créditos tributários diferidos	19b	1.134.928	1.140.582	1.136.402	1.142.076
Carteira de câmbio	16	278.014	131.607	278.014	131.607
Diversos	17a	762.843	720.535	763.397	721.041
Outros valores e bens		236.962	268.848	236.962	268.848
Outros valores e bens	18a	186.981	233.175	186.981	233.175
Despesas antecipadas	18b	49.981	35.673	49.981	35.673
Permanente		36.267	30.112	23.010	16.999
Investimentos		19.126	17.694	5.866	4.565
Participações em controladas - No País	10a	13.260	13.129	-	-
Outros investimentos		5.866	4.565	5.866	4.565
Imobilizado de uso		2.356	2.732	2.359	2.748
Outras imobilizações de uso		9.134	9.016	9.444	9.327
(-) Depreciações acumuladas		(6.778)	(6.284)	(7.085)	(6.579)
Intangível	10b	14.785	9.686	14.785	9.686
Aquisição e desenvolvimento de software		66.499	60.011	66.499	60.011
(-) Amortização sobre aq. e desenv. de software		(51.714)	(50.325)	(51.714)	(50.325)
Total do Ativo		10.890.914	9.808.988	10.879.719	9.797.907

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	Banco Fibra		Fibra Consolidado	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Passivo e Patrimônio Líquido					
Depósitos e demais instrumentos financeiros		8.729.070	7.777.084	8.717.602	7.765.668
Depósitos	12	6.636.809	5.774.256	6.625.341	5.762.840
Captações no mercado aberto - carteira própria	13	535.657	393.660	535.657	393.660
Recursos de aceites e emissão de títulos	14	850.695	1.189.790	850.695	1.189.790
Relações interfinanceiras e interdependências	17h	316.591	59.289	316.591	59.289
Obrigações por empréstimos e repasses	15	166.945	218.509	166.945	218.509
Instrumentos financeiros derivativos	6b	222.373	141.580	222.373	141.580
Provisões	17c	504.136	519.215	504.354	519.428
Outras obrigações		449.370	304.374	449.425	304.496
Obrigações fiscais diferidas	17i	16.362	15.462	16.362	15.462
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		2.195	35	2.195	35
Carteira de câmbio	16	300.332	130.028	300.332	130.028
Fiscais e previdenciárias	17b	10.541	32.629	10.596	32.751
Dívidas subordinadas	21	118.790	123.409	118.790	123.409
Diversas		1.150	2.811	1.150	2.811
Resultados de exercícios futuros		6.174	10.764	6.174	10.764
Total do Passivo		9.688.750	8.611.437	9.677.555	8.600.356
Patrimônio Líquido	22	1.202.164	1.197.551	1.202.164	1.197.551
Capital social - De domiciliados no país		2.124.888	2.124.888	2.124.888	2.124.888
Reservas de capital		4.326	4.326	4.326	4.326
Outros resultados abrangentes		(10.056)	5.603	(10.056)	5.603
(Prejuízos) acumulados		(916.994)	(937.266)	(916.994)	(937.266)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		10.890.914	9.808.988	10.879.719	9.797.907

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	Banco Fibra		Fibra Consolidado	
		01/01/2021 a 30/06/2021	01/01/2020 a 30/06/2020	01/01/2021 a 30/06/2021	01/01/2020 a 30/06/2020
Receitas da intermediação financeira		378.617	545.037	378.617	545.037
Operações de crédito		202.678	224.630	202.678	224.630
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		107.635	261.656	107.635	261.656
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		52.304	(19.766)	52.304	(19.766)
Resultado de operações de câmbio		10.607	75.953	10.607	75.953
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	9b	5.393	2.564	5.393	2.564
Despesas da intermediação financeira		(281.290)	(441.742)	(281.149)	(441.569)
Operações de captação de mercado		(279.307)	(182.770)	(279.166)	(182.597)
Operações de empréstimos e repasses		(1.983)	(258.972)	(1.983)	(258.972)
Resultado bruto da intermediação financeira		97.327	103.295	97.468	103.468
Outras receitas (despesas) operacionais		(53.224)	(17.763)	(53.308)	(17.771)
Receitas de prestação de serviços		24.716	14.845	24.986	15.253
Receitas de tarifas bancárias		3.845	8.422	3.845	8.422
Despesas de pessoal		(50.023)	(44.001)	(50.166)	(44.006)
Outras despesas administrativas	17d	(31.608)	(26.856)	(31.653)	(26.884)
Despesas tributárias		(7.870)	(10.209)	(7.906)	(10.264)
Resultado de participações em controladas	10a	131	347	-	-
Outras receitas operacionais	17e	15.006	57.754	15.010	57.773
Outras despesas operacionais	17f	(7.421)	(18.065)	(7.424)	(18.065)
Provisões	20e	(5.689)	(5.892)	(5.693)	(5.895)
Cíveis		(672)	(246)	(672)	(246)
Trabalhistas		(1.996)	(1.506)	(2.000)	(1.509)
Fiscais		(3.021)	(4.140)	(3.021)	(4.140)
Resultado operacional		38.414	79.640	38.467	79.802
Resultado não operacional	17g	17.005	642	17.005	642
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		55.419	80.282	55.472	80.444
Provisões sobre participações no resultado		(14.962)	(7.959)	(14.962)	(7.959)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		40.457	72.323	40.510	72.485
Imposto de renda e contribuição social	19a	(20.185)	(19.764)	(20.238)	(19.926)
Provisão para imposto de renda		(2.538)	-	(2.560)	(78)
Provisão para contribuição social		(3.015)	-	(3.027)	(33)
Ativo fiscal diferido		(14.632)	(19.764)	(14.651)	(19.815)
Lucro do semestre		20.272	52.559	20.272	52.559
Resultado líquido por ação - R\$		0,0032	0,0083	0,0032	0,0083

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Fibra Consolidado")
Demonstrações do Resultado Abrangentes
(Valores expressos em milhares de reais)

	Banco Fibra/Fibra Consolidado	
	01/01/2021 a 30/06/2021	01/01/2020 a 30/06/2020
Lucro do semestre	20.272	52.559
Itens que serão reclassificados para o resultado		
Atualização de títulos patrimoniais	(1.000)	-
Títulos disponíveis para venda - próprios	30.289	1.164
Hedge de fluxo de caixa	-	(23.390)
Efeitos tributários	(13.630)	10.002
Varição em outros resultados abrangentes	15.659	(12.224)
Total do resultado abrangente do semestre	35.931	40.335

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Fibra Consolidado")
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 (Valores expressos em milhares de reais)



Banco Fibra/Fibra Consolidado	Capital realizado	Reservas de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 dezembro de 2019	2.124.888	5.948	(13.472)	(985.917)	1.131.447
Outros resultados abrangentes	-	-	12.224	-	12.224
Lucro no semestre	-	-	-	52.559	52.559
Saldos em 30 de junho de 2020	2.124.888	5.948	(1.248)	(933.358)	1.196.230
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.124.888	4.326	5.603	(937.266)	1.197.551
Outros resultados abrangentes	-	-	(15.659)	-	(15.659)
Lucro no semestre	-	-	-	20.272	20.272
Saldos em 30 de junho de 2021	2.124.888	4.326	(10.056)	(916.994)	1.202.164

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Banco Fibra		Fibra Consolidado	
	01/01/2021 a 30/06/2021	01/01/2020 a 30/06/2020	01/01/2021 a 30/06/2021	01/01/2020 a 30/06/2020
Lucro líquido ajustado	17.484	85.456	17.646	85.869
Resultado semestre	20.272	52.559	20.272	52.559
Ajustes ao resultado:	(2.788)	32.897	(2.626)	33.310
Constituição para perdas com bens não de uso próprio	1.878	1.858	1.878	1.858
Depreciação e amortização	1.885	1.835	1.897	1.850
Resultado de participações em coligadas e controladas	(131)	(347)	-	-
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.393)	(2.437)	(5.393)	(2.437)
Tributos diferidos	14.632	19.764	14.651	19.815
Outros resultados abrangentes	(15.659)	12.224	(15.659)	12.224
Variação de ativos e passivos	13.828	892.564	13.667	892.152
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(67)	71.782	(67)	71.782
(Aumento) redução em TVM e instrumentos financeiros derivativos	(402.736)	(644.126)	(402.736)	(644.124)
(Aumento) redução em relações interfinanceiras e interdependências	202.914	(21.820)	202.914	(21.820)
(Aumento) redução em operações com características de concessão de crédito	(357.814)	(285.227)	(357.814)	(285.227)
(Aumento) redução em outros créditos e outros valores e bens	(167.685)	(65.288)	(167.732)	(64.442)
(Aumento) redução em depósitos	862.549	1.154.280	862.498	1.152.912
(Aumento) redução em captações no mercado aberto	141.997	147.767	141.997	147.767
(Redução) aumento em recursos por emissão de títulos	(339.095)	569.914	(339.095)	569.914
(Redução) aumento em obrigações por empréstimos e repasses	(51.564)	(56.381)	(51.564)	(56.381)
(Aumento) redução em outras obrigações	129.919	22.605	129.856	22.713
Variação nos resultados de exercícios futuros	(4.590)	(942)	(4.590)	(942)
Atividades operacionais - caixa líquido proveniente	31.312	978.020	31.313	978.021
Atividades de investimento - caixa líquido (aplicado)	(7.907)	(2.141)	(7.906)	(2.143)
(Aquisição) alienação de imobilizado de uso	(118)	(677)	(117)	(677)
(Aquisição) alienação de investimento	(1.301)	(257)	(1.301)	(257)
(Aquisição) alienação de intangível	(6.488)	(1.207)	(6.488)	(1.209)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	23.405	975.879	23.407	975.878
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	90.815	151.694	90.847	151.728
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	114.220	1.127.573	114.254	1.127.606
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	23.405	975.879	23.407	975.878

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Banco Fibra				Fibra consolidado			
	01/01/2021 a 30/06/2021		01/01/2020 a 30/06/2020		01/01/2021 a 30/06/2021		01/01/2020 a 30/06/2020	
		%		%		%		%
Composição do valor adicionado								
Receitas								
Resultado bruto da intermediação financeira	97.327	85,9%	103.295	76,8%	97.468	85,8%	103.468	76,8%
Receita de prestação de serviços	24.716	21,8%	14.845	11,0%	24.986	22,0%	15.253	11,3%
Receita de tarifas bancárias	3.845	3,4%	8.422	6,3%	3.845	3,4%	8.422	6,3%
Outras	(12.576)	-11,1%	7.930	5,9%	(12.755)	-11,2%	7.571	5,6%
Total	113.312	100,0%	134.492	100,0%	113.544	100,0%	134.714	100,0%
Distribuição do valor adicionado								
Remuneração do trabalho								
Proventos	47.873	42,3%	37.462	27,9%	47.978	42,2%	37.462	27,8%
Benefícios	7.377	6,5%	6.361	4,7%	7.392	6,5%	6.366	4,7%
Fundo de garantia por tempo de serviço	2.244	2,0%	1.711	1,3%	2.244	2,0%	1.711	1,3%
Outros	92	0,1%	57	0,0%	92	0,1%	57	0,0%
Remuneração do governo								
Despesas tributárias	7.870	6,9%	10.209	7,6%	7.906	7,0%	10.264	7,6%
Imposto de renda e contribuição social	20.185	17,8%	19.764	14,7%	20.238	17,8%	19.926	14,9%
INSS	7.399	6,5%	6.369	4,7%	7.422	6,5%	6.369	4,7%
Lucro do semestre	20.272	17,9%	52.559	39,1%	20.272	17,9%	52.559	39,0%
Total	113.312	100,0%	134.492	100,0%	113.544	100,0%	134.714	100,0%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco Fibra S.A. (Banco Fibra) atua como Banco Múltiplo, operando através das carteiras comercial, de câmbio, de investimentos, crédito e financiamento e de administração de clubes de investimentos e está situado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 360 - 5º ao 8º andar, Vila Nova Conceição-SP.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

O controle do Banco Fibra S.A pertence a Elisabeth S.A Indústria Têxtil e o controlador do grupo econômico em última instância é o Espólio de Dorothéa Steinbruch.

O Banco Fibra tem como política proteger o patrimônio líquido dos efeitos totais das variações cambiais de seu investimento na agência em Grand Cayman (full-branch). Para tanto, mantém posição vendida em dólares americanos, em montante suficiente para anular os impactos no resultado do período.

A estratégia de concentrar os negócios do Banco Fibra no segmento Atacado teve como principais objetivos: (i) Direcionar os negócios do Banco Fibra no segmento onde acumula forte expertise de mercado; (ii) Reduzir os custos de administração da Instituição e a exposição de crédito do Banco Fibra. Adicionalmente, ao longo de 2017, foi inaugurado o segmento de Médias Empresas, voltado à pessoas jurídicas com faturamento anual superior à R\$ 30 milhões. Mais recentemente, em 2020, o Banco passou a se estruturar para atender também empresas de pequeno porte, com o objetivo de consolidar a atuação do Banco no segmento PME.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de agosto de 2021.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e Banco Central do Brasil – BACEN consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e com as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Adicionalmente, estão em conformidade com a Resolução nº 4.720/19, Resolução 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 do Banco Central do Brasil - BACEN.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

O Comitê de pronunciamentos contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo CMN.

Os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

- CPC 00 - Estrutura conceitual básica - Resolução CMN nº 4.144/12;
- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos – Resolução CMN nº 3.566/08;
- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN nº 4.524/16;
- CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa – Resolução CMN nº 4.720/19;
- CPC 04 (R1) - Ativo intangível – Resolução CMN nº 4.534/16;
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas – Resolução CMN nº 4.818/20;
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações – Resolução CMN nº 3.989/11;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro – Resolução CMN nº 4.007/11;
- CPC 24 - Evento subsequente – Resolução CMN nº 4.818/20;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09;
- CPC 27 - Ativo imobilizado – Resolução CMN nº 4.535/16;
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - Resolução CMN nº 4.877/20;
- CPC 41 - Resultado por ação – Resolução CMN nº 2/20;
- CPC 46 - Mensuração do valor justo – Resolução CMN nº 4.748/19.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para a elaboração das demonstrações financeiras.

3. Principais Práticas Contábeis

a. Práticas de consolidação

A preparação das demonstrações financeiras do Banco Fibra, que inclui sua agência de Grand Cayman (individual) e os critérios adotados para o Fibra Consolidado (Consolidado) está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, instituído pela Circular nº 1.273/87, abrangendo o Banco Fibra, sua agência no exterior e as suas controladas diretas, relacionadas a seguir:

Denominação social	Atividade	Participação
Controladas		
Fibra Cia. Securitizadora de Créditos Imobiliários	Aquisição de créditos imobiliários	100,00%
Fibra Corretora de Seguros Ltda.	Administração e corretagem de seguros	99,999%
Validata Meios de Pagamentos Ltda.	Processamento de cartões e/ou de meios de pagamento	99,999%

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de eventuais lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

b. Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, e os efeitos das operações sujeitas à variação monetária são reconhecidos em base "pro-rata" dia. As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, nas datas dos balanços, de acordo com as disposições contratuais.

Não são apropriadas as receitas de operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal ou encargos.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo (**Notas 4 e 5**).

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São avaliadas pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos até as datas dos balanços e, quando aplicável, são ajustadas a valor de mercado. As aplicações em moeda estrangeira são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos calculados com base "pro-rata" dia e das variações cambiais, auferidas até as datas dos balanços (**Nota 5**).

e. Títulos e valores mobiliários

Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068/01 do BACEN. São classificados nas categorias (**Nota 6a**):

- **Títulos para negociação** – Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda** – Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido; e
- **Títulos mantidos até o vencimento** – Títulos e valores mobiliários avaliados pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos, estando condicionada à capacidade financeira da instituição em mantê-los em carteira até o vencimento, cuja decisão da Administração desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

f. Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, os instrumentos financeiros derivativos são avaliados e contabilizados a valor de mercado e classificados como "hedge" (proteção) ou "não-hedge". Os instrumentos destinados a "hedge" são classificados como: "hedge de risco de mercado" ou "hedge de fluxo de caixa". Os critérios para registro são os seguintes: para os instrumentos financeiros derivativos que não se destinam a "hedge", bem como para aqueles classificados como "hedge de risco de mercado", os ajustes a valor de mercado são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receitas ou despesas, no resultado do período. Para os instrumentos financeiros derivativos classificados como "hedge de fluxo de caixa", a parcela efetiva do "hedge" deve ser contabilizada em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido e qualquer outra variação em contrapartida à adequada conta de receitas ou despesas, no resultado do período. Com as alterações introduzidas pela Circular nº 3.150/02 do BACEN, este tratamento também é dispensado aos instrumentos financeiros negociados em associação a operações de captação ou aplicação de recursos, podendo ser desconsiderada a sua avaliação a mercado, nas condições especificadas na norma (Nota 6).

g. Operações de crédito ou outros créditos com características de concessão de crédito e fianças prestadas

Operações de crédito e outros créditos - As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, períodos de atraso, grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo).

Fianças prestadas - A resolução do CMN nº 4.512/16 e a Carta Circular BACEN nº 3.782/16 estabeleceram procedimentos contábeis, determinando a constituição de provisão para perdas associadas às garantias prestadas. As perdas associadas a essas garantias partem de modelos quantitativos e qualitativos relacionadas ao cliente, guardando forte relação às perdas prováveis para créditos, porém com estudos históricos que amparam a característica peculiar desse produto. A provisão tem se mostrado suficiente para cobrir perdas prováveis durante a vigência da garantia e são reavaliadas periodicamente.

h. Provisões de operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa

São constituídas em montante julgado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização dos mesmos. O CMN estabeleceu, por meio da Resolução nº 2.682/99, critérios a serem seguidos para análise de risco dos clientes com operações ativas e os parâmetros para constituição de provisão baseados na experiência passada e riscos específicos de setores ou de carteiras (Nota 9a e 9b).

i. Bens não destinados a uso

Os bens recebidos em dação de pagamento em razão da execução de garantias vinculadas a operações de crédito são registrados na rubrica "Outros Valores e Bens" e incluem provisões constituídas em montante suficiente para cobrir prováveis perdas na realização (Nota 18a).

j. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas referem-se, principalmente, a comissões sobre captação de CDB, LCA e LCI e são controladas por contrato. As comissões são apropriadas no resultado de acordo com o prazo de vigência dos contratos (Nota 18b).

k. Investimentos

As participações em controladas nas demonstrações individuais são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os saldos contábeis da entidade sediada no exterior foram convertidos para reais, utilizando-se a cotação do dólar norte-americano na data de encerramento do período. Para fins de cálculo de equivalência e de consolidação, esses saldos foram ajustados, quando aplicável, às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN (Notas 10a e 11).

l. Imobilizado e intangível

• **Imobilizado:** A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, obedecendo as seguintes taxas anuais, contemplando a vida útil econômica, e prazos: veículos e sistema de computação, 20% ao ano; instalações, móveis e equipamentos de uso, sistemas de comunicação e sistemas de segurança – 10% ao ano;

• **Intangível:** Corresponde aos gastos amortizados de forma linear à taxa de 20% ao ano no decorrer do período estimado de benefício econômico, e ágio na aquisição de investimentos, fundamentados na expectativa de realização de resultados futuros, amortizados à taxa de 10% ao ano (Nota 10b).

Ajustes aos valores recuperáveis dos ativos – Resolução nº 3.566/08:

O Banco adota a prática de executar testes nos valores de recuperação dos seus ativos não financeiros de acordo com o CPC 01, no mínimo uma vez a cada exercício, com o objetivo de verificar a existência de evidências de desvalorização desses ativos e consequente ajuste contábil desses ativos aos seus valores de realização. Na avaliação da administração não houve indícios de perda por impairment no semestre findo em 30 de junho de 2021.

m. Outros ativos

São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

n. Imposto de renda e contribuição social (ativos e passivos)

O artigo 1º da Medida Provisória nº 1.034/21, convertida na Lei nº 14.183/21 majorou a alíquota da CSLL de 20% para 25% a partir de julho/2021 e baseada na Circular do BACEN nº 3.171/2003, Artigo 1º, parágrafo 2º a qual estabelece que qualquer alteração de Legislação Tributária que modifique critérios e alíquotas a serem adotados em períodos futuros devem ter seus efeitos reconhecidos imediatamente com base nos critérios e alíquotas aplicáveis ao período em que a parcela do ativo será realizada ou o passivo liquidada.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos, calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Créditos tributários diferidos".

Os créditos tributários sobre adições temporárias são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e sobre base negativa de contribuição social são realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos passivos, calculados sobre diferenças temporárias, são registrados na rubrica "Outras Obrigações – Obrigações fiscais diferidas".

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder a R\$ 240 anuais (R\$ 120 no semestre), e engloba a parcela correspondente aos incentivos fiscais. A provisão para contribuição social, até junho de 2021, foi constituída à alíquota de 20% sobre o lucro contábil ajustado, e a partir de julho de 2021, foi majorada para 25% em razão da Medida Provisória nº 1.034/21, convertida na Lei nº 14.183/21. O detalhamento dos seus efeitos está demonstrado na Nota 19a.

o. Contingências e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o semestre findo em 30 de junho de 2021, baseadas nos critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC-25 (Nota 20).

Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

Provisões para riscos: são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Passivos contingentes: Classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;

Obrigações legais: Fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal; e

Depósitos judiciais: São mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

p. Passivo circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas até as datas dos balanços.

q. Estimativas contábeis

A elaboração das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação do intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de certos ativos, imposto de renda e contribuição social diferido ativo, provisão para contingências e valorização de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco Fibra revisa as estimativas e premissas periodicamente.

4. Disponibilidades

	Banco Fibra		Fibra Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Moeda nacional	81	6.077	115	6.110
Moeda estrangeira	99.071	82.247	99.071	82.246
Total	99.152	88.324	99.186	88.356

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Banco Fibra/Fibra Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT	-	2.491
Aplicações no mercado aberto - Posição bancada	-	2.491
Aplicações em depósitos interfinanceiros	21.465	6.330
Total	21.465	8.821
Circulante	21.465	8.821
Não circulante	-	-

6. Títulos e Valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a. Classificação da carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, conforme a estratégia de negócios

	Banco Fibra/Fibra Consolidado						31/12/2020	
	30/06/2021				Valor de Mercado		Valor de Mercado	
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor na Curva	Valor na Curva	Valor na Curva	Valor na Curva
Títulos disponíveis para venda	26.495	32.328	193.041	1.069.330	1.321.194	1.345.781	892.581	886.884
Títulos Públicos	-	-	154.451	895.233	1.049.684	1.075.861	663.589	660.386
Letras financeiras do tesouro - LFT	-	-	58.980	161.711	220.691	222.176	346.067	347.703
Letras do tesouro nacional - LTN	-	-	95.471	99.164	194.635	201.171	198.647	196.639
Notas do tesouro nacional - NTN	-	-	-	634.358	634.358	652.514	118.875	116.044
Títulos privados	-	32.328	38.590	174.097	245.015	243.221	202.602	200.108
Certificado de produto rural - CPR ⁽¹⁾	-	10.835	38.456	5.551	54.842	54.842	1.110	1.110
Certificado de dir. cred. do agro.- CDCA ⁽¹⁾	-	-	-	20.670	20.670	20.670	22.061	22.061
Certificado de receb. imobiliários - CR ⁽¹⁾	-	19.394	-	-	19.394	19.394	19.499	19.499
Debêntures ⁽¹⁾	-	-	52	68.464	68.516	68.516	60.681	60.681
Notas promissórias ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	-	41.539	41.539
Títulos no exterior	-	2.099	82	79.412	81.593	79.799	57.712	55.218
Ações	1.216	-	-	-	1.216	1.420	1,420	1,420
Cotas de fundos de investimentos⁽²⁾	25.279	-	-	-	25.279	25.279	24.970	24.970
Títulos mantido até o vencimento	-	-	-	1.282.104	1.282.104	1.282.104	1.272.568	1.272.568
Títulos Públicos	-	-	-	1.282.104	1.282.104	1.282.104	1.272.568	1.272.568
Notas do tesouro nacional - NTN	-	-	-	1.282.104	1.282.104	1.282.104	1.272.568	1.272.568
Instrumentos financeiros derivativos	-	202.569	106.555	26.318	335.442	331.252	290.062	286.448
Diferenciais a receber de "Swap"	-	17.697	476	-	18.173	14.686	22.884	19.537
Opções e "Non Deliverable Forward" - NDF	-	184.872	106.079	26.318	317.269	316.566	267.178	266.911
Total da carteira ativa	26.495	234.897	299.596	2.377.752	2.938.740	2.959.137	2.455.211	2.445.900
Circulante	-	-	-	-	534.493	531.803	742.059	739.539
Não circulante	-	-	-	-	2.404.247	2.427.334	1.713.152	1.706.361

⁽¹⁾ Títulos com características de crédito, sendo registrados os respectivos provisionamentos na rubrica "Instrumentos financeiros - Provisão para perdas associadas ao risco de crédito", no montante total de R\$ 59.519 (R\$ 55.428 em 2020): CPR R\$ 162 (R\$ 6 em 2020), CDCA R\$ 207 (R\$ 221 em 2020), CRI R\$ 12.039 (R\$ 9.749 em 2020), debêntures R\$ 47.111 (R\$ 45.037 em 2020) e notas promissórias R\$ 415 em 2020.

⁽²⁾ Cotas de Fundo constituído pela B3 para suprir margem não operacional e garantias referentes à câmara de compensação e liquidação.

Para as categorias "Títulos Disponíveis para Venda" e "Instrumentos Financeiros Derivativos", o valor de mercado foi apurado com base nos seguintes critérios básicos:

• Títulos públicos e títulos privados: Cotações de preços de mercado (ou de agentes de mercado), e modelos de precificação aprovados pela administração;

• SWAP e "Non Deliverable Forward" (NDF): Com base nos valores referenciais de cada um dos parâmetros dos contratos, considerando o fluxo de caixa descontado a valor presente pelas taxas no mercado futuro de juros, apurados com base nos modelos de precificação aprovados pela administração.

O efeito da marcação a mercado dos títulos classificados como "disponível para venda" contabilizados no patrimônio líquido, correspondiam a um débito no montante de R\$ 13.525 (crédito de R\$ 3.134 em dez/2020), líquidos dos efeitos tributários.

b. Instrumentos financeiros derivativos por indexador

O Banco Fibra realiza operações com instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender necessidades próprias ou de seus clientes, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. O gerenciamento desses riscos é efetuado por meio da determinação de limites e estabelecimento de estratégias de operações, conforme detalhado na Nota 7.

	Banco Fibra/Fibra Consolidado					
	30/06/2021			31/12/2020		
	Valor da Operação	Diferencial a mercado	Diferencial na curva	Valor da Operação	Diferencial a mercado	Diferencial na curva
Posição ativa						
Commodities	394.024	53.758	49.854	239.902	15.191	23.664
Juros	3.094.735	16.112	14.765	286.090	18.868	18.584
Prefixado	3.473.316	222.053	232.773	2.290.039	117.201	114.053
Moedas	853.636	43.519	33.860	1.515.546	138.802	130.147
Valor Total	7.815.711	335.442	331.252	4.331.577	290.062	286.448
Circulante		309.124	304.294		264.136	261.604
Não circulante		26.318	26.958		25.926	24.844

	Banco Fibra/Fibra Consolidado					
	30/06/2021			31/12/2020		
	Valor da Operação	Diferencial a mercado	Diferencial na curva	Valor da Operação	Diferencial a mercado	Diferencial na curva
Posição passiva						
Commodities	476.255	39.378	22.540	109.786	638	12.709
Juros	2.927.000	18.339	295	15.315	80.808	6.063
Prefixado	633.418	4.334	5.133	499.811	6.610	9.613
Moedas	3.479.615	159.251	213.097	1.521.468	51.849	52.781
Outros	-	1.071	-	-	1.675	-
Valor Total	7.516.288	222.373	241.065	2.146.380	141.580	81.166
Circulante		201.518	218.278		92.769	63.766
Não circulante		20.855	22.787		48.811	17.400

b1. Valor da operação por produto

	Banco Fibra/Fibra Consolidado			
	30/06/2021		31/12/2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Produtos				
NDF moedas	3.826.149	3.483.722	3.404.175	1.426.372
NDF commodities	367.063	449.295	143.922	12.998
Swap	237.672	16.000	337.090	15.315
Opções	3.384.827	3.567.271	446.390	691.695
Total de valor de referência	7.815.711	7.516.288	4.331.577	2.146.380

Em 30 de junho de 2021 e 2020, os ganhos e perdas incorridos no semestre referente a instrumentos financeiros derivativos apresentaram um efeito líquido no resultado do Banco Fibra e Fibra Consolidado de R\$ 52.304 ((R\$ 19.766) no Banco Fibra e no Fibra Consolidado em 2020)).

Em 30 de junho de 2021, as margens depositadas em garantia dos instrumentos financeiros derivativos montam R\$ 309.788 (R\$ 217.558 em dez/2020).

c. Instrumentos financeiros derivativos - Contratos de futuros

	Banco Fibra/Fibra Consolidado			
	30/06/2021		31/12/2020	
	Compra	Venda	Compra	Venda
Futuro de milho - CCM	-	287.127	-	-
Futuro de cupom de cambial - DDI	528.078	629.906	164.969	1.604.005
Futuro de taxa média de DI de um dia - DI	2.442.245	2.647.235	4.141.890	246.969
Futuro de reais por dólar comercial - DOL/WDO	1.970.122	1.046.035	187.081	506.316
Futuro de cupom de IPCA - DAP	112.965	21.895	387.568	-
Futuro no exterior - Commodities	-	249.324	-	145.659
Futuro no exterior - Euro	450	1.692	1.547	626
Total de valor de referência	5.053.860	4.883.214	4.883.055	2.503.575

d. Hedge de fluxo de caixa e risco de mercado

Conforme a circular nº 3.082/02 do BACEN as operações classificadas como "hedge" são realizadas com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista e são classificadas como "hedge" de risco de mercado caso se destinem a compensar riscos decorrentes de variação no valor de mercado ou classificadas como "hedge" de fluxo de caixa quando se destinam a compensar variação no fluxo de caixa estimado da instituição.

Em 30 de junho de 2021 existiam estruturas de "hedge" de risco de mercado por meio de contratos de futuros de DI (Instrumentos), com valor de mercado de R\$ 1.652.857 (R\$ 1.146.749 em dez/20). O valor de mercado das operações de captação e operações de crédito classificadas como objeto de "hedge de risco de mercado" totalizam R\$ 1.638.157 (R\$ 1.159.003 em dez/20).

Em janeiro de 2020, o Banco Fibra realizou desmonte de estruturas existentes de Hedge Fluxo de Caixa. Os objetos dessas estruturas eram CDBs pré-fixados com vencimento até janeiro de 2023 e CDBs indexados ao IPCA, sendo que nesse último caso, foram adquiridos NTN-Bs com a finalidade de gerar proteção nas variações desse indexador. Os instrumentos, hedge dessas operações, eram Futuros DI e DAP respectivamente. O resultado contábil apurado em janeiro de 2020, proveniente do referido evento, totalizou R\$ 77.470, antes da tributação do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

O "hedge" é considerado efetivo quando compensam as variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa do objeto de "hedge" num intervalo entre 80% a 125%, de acordo com a circular nº 3.082/02 do BACEN.

A efetividade das estruturas dos "hedges" de fluxo de caixa e de risco de mercado é medida mensalmente, e suas evidências são apresentadas em comitê de gestão de risco. A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 30 de junho 2021 está em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN.

As operações não representam exposição global do Banco Fibra aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplarem apenas os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge".

	Banco Fibra/Fibra Consolidado					
	30/06/2021		31/12/2020			
	Instrumento de hedge - Ativo	Prazo médio	Operações de crédito	Instrumento de hedge - Passivo	Prazo médio	Captações
Futuro de taxa média de DI de um dia (DI)	140.488	202	148.054	1.512.369	1.252	1.490.103
Total em 30/06/2021	140.488		148.054	1.512.369		1.490.103
Total em 31/12/2020	-		-	1.146.749		1.159.003

7. Gestão de Riscos e Gerenciamento de Capital

Atendendo às requisições da resolução do Conselho monetário nacional (CMN) nº 4.557/17, o Banco Fibra conta atualmente com uma estrutura de gerenciamento de riscos e capital cujas diretrizes estão definidas em políticas internas.

O Conselho de administração do Banco Fibra tem papel fundamental na estrutura da gestão de riscos, atuando na aprovação das principais estratégias e políticas relacionadas ao tema, ressaltando, assim a importância da governança corporativa da Instituição.

A estrutura de gestão de riscos é de responsabilidade da diretoria de riscos, operações, controles Internos e segurança da Informação que coordena o monitoramento e o controle dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e socioambiental. A integração dos riscos é observada no comitê de gestão de riscos, no qual são abordados todos os tópicos pertinentes, viabilizando uma gestão de riscos convergente e alinhada, permitindo compartilhamento de informações e o reforço das políticas de gestão direcionadas à proteção do capital da instituição.

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição. Compreende a avaliação da necessidade de capital para fazer frente aos principais riscos aos quais a Instituição está exposta e os objetivos estratégicos da instituição.

O plano de capital é produzido anualmente considerando o ambiente macroeconômico, a complexidade das operações, produtos e serviços oferecidos bem como a exposição a riscos inerentes à atividade financeira e abrange o horizonte de três anos por meio de projeção de resultados, participação de mercado, composição dos ativos e passivos e alocação de resultados.

A estrutura de gerenciamento de capital do conglomerado analisa a adequação do capital regulatório da Instituição no cumprimento de seu plano estratégico. Esta análise contempla os principais riscos aos quais a Instituição está exposta, bem como simulação de eventos severos que possam afetá-la. O monitoramento da suficiência de capital é realizado de forma contínua, utilizado no processo decisório de negócios e reportado ao comitê de gestão de riscos e ao conselho de administração.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é definido como o risco de perdas associadas à incapacidade do tomador de honrar as suas obrigações nos prazos e condições contratuais, à redução de ganhos e remunerações, aos custos de recuperação e à desvalorização do contrato de crédito.

O Banco Fibra tem como premissa básica a adoção de políticas e metodologias que permitam a gestão dos limites de risco, a adequada precificação das operações de crédito e o gerenciamento do risco da carteira de crédito, permitindo a maximização dos ganhos e adequada remuneração do capital alocado.

Os sistemas da instituição são projetados para avaliar as solicitações de empréstimo, de acordo com informações de mercado e históricos dos clientes, políticas de crédito, ferramentas de pontuação e de prevenção a fraudes e são capazes de fracionar a avaliação de riscos por região, segmento e classificação de risco.

Classificação do risco de crédito - Rating

Entende-se por rating, de maneira geral, a quantificação, por meio de premissas homogêneas e comparáveis da capacidade de cada tomador avaliado de saldar seus compromissos financeiros adequadamente.

O processo de classificação do rating do cliente leva em consideração métodos estatístico-matemáticos e critérios qualitativos. A utilização destes métodos visa refletir as condições de pagamento de cada tomador em determinado horizonte de tempo e detectar qualquer alteração na qualidade creditícia da contraparte, que possa refletir em sua probabilidade de default.

O provisionamento é realizado de acordo com o rating de cada operação, levando em consideração o tipo e o percentual de cobertura das garantias, conforme definido em política específica.

b. Riscos de mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações dos valores de mercado dos instrumentos detidos pela instituição, tais como variação cambial, de taxas de juros, dos preços de ações, dos preços de mercadorias, entre outros.

O foco do Banco Fibra é a geração recorrente de resultados oriundos da área comercial, a partir da evolução da carteira de crédito. Nesse contexto, a tesouraria colabora fomentando a área Comercial com os recursos financeiros (funding) necessários, gerenciando o risco de suas posições e atuando, conservadoramente, nas operações de suas posições proprietárias.

A classificação dos instrumentos entre as carteiras de negociação e bancária é realizada conforme critérios da resolução nº 4.557/17 e a circular nº 3.923/18. Os limites são estabelecidos por carteira, negociação e bancária, sendo que o rompimento destes limites deflagra ações que podem remeter à decisão de instâncias superiores ou ações automáticas.

Carteira de negociação: é formada por instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidos com intenção de negociação ou destinados a hedge, e que não estejam sujeitos à limitação de sua negociabilidade. Normalmente, trata-se de ativos financeiros que serão negociados com intenção de revenda ou obtenção de benefício do movimento efetivo de preço.

Carteira bancária: por definição, detém todas as operações que não são de negociação, ou seja, é formada por instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, por exemplo, ativos, passivos ou derivativos estruturais que fazem parte da atividade fim do Banco de conceder crédito às empresas e oferecer soluções financeiras aos clientes.

• Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade é uma metodologia de teste de estresse que permite avaliar o impacto decorrente de variações em um parâmetro relevante específico no capital da instituição, em sua liquidez ou no valor de um portfólio.

O quadro abaixo detalha a análise de sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, da carteira de negociação e bancária, que exponham a instituição a riscos provenientes de variação cambial, juros, entre outros. Para o cálculo dos impactos, aplicam-se choques nas variáveis de mercado, apurados com data base 30 de junho de 2021.

Fator de risco	Cenário 1		Cenário 2		Cenário 3	
	Valor	Taxa (ano)	Valor	Taxa (ano)	Valor	Taxa (ano)
Pré	(2.939)	7,42%	(7.582)	8,23%	(15.164)	9,88%
Cupom de moedas	(695)	-0,07%	(486)	0,50%	(972)	0,33%
Cupom de inflação	(408)	2,61%	(122)	1,99%	(244)	2,39%
Moedas	(23)		(301)		(603)	
Total	(4.065)		(8.491)		(16.983)	

Cenário 01: considera como premissa a deterioração provável nas variáveis de risco de mercado. Para a elaboração do cenário foram consideradas como referência as informações disponíveis em fontes independentes de mercado (B3, Anbima, entre outros).

Cenário 02: considera como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco.

Cenário 03: considera como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco.

c. Riscos de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de ocorrer um descasamento entre os fluxos de pagamento e de recebimento, de modo a gerar uma incapacidade de honrar suas obrigações, esperadas e inesperadas, sem afetar sua atividade diária e sem incorrer em perdas significativas; ou ainda a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. Variações na liquidez podem ser influenciadas por variáveis econômicas ou de mercado.

Os controles de risco de liquidez visam identificar, monitorar, avaliar e controlar os riscos associados à gestão de liquidez, a partir do estabelecimento de limites operacionais e aplicação de cenários adversos, realizados por área independente.

d. Risco socioambiental

A avaliação do risco socioambiental é parte integrante do processo de aceitação/renovação de clientes do Banco Fibra e inclui a análise do compromisso e da capacidade do cliente, fornecedor e/ou parceiro em prevenir, reduzir, mitigar e gerir os possíveis impactos socioambientais de suas atividades, bem como inclui a avaliação de eventuais mídias, denúncias, inquéritos, processos ou condenações relacionadas a fatos sociais e/ou ambientais. Ao final da avaliação, a área de Compliance estabelece um rating socioambiental para cada cliente aplicável, cuja aceitação/renovação será realizada em função desta classificação. O rating socioambiental demonstra a percepção de risco dos clientes do Banco Fibra, que contratam operações de crédito enquadrados nos critérios de faturamento ou segmento, conforme diretrizes estabelecidas na Política de Responsabilidade Socioambiental.

e. Risco operacional

O Banco Fibra define e dá o tratamento ao gerenciamento do risco operacional em decorrência da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas da instituição ou advindas de eventos externos.

Nessa definição, inclui-se o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição. Dessa definição está excluído o risco reputacional ou de imagem, e os riscos estratégicos ou de negócios.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional adota um modelo único em todo o Banco Fibra para mapear processos, atividades, avaliar riscos operacionais, bem como controles mitigadores, estabelecer planos de ação para minimizar riscos e manter a alta administração informada para que possa manifestar-se expressamente acerca das ações a serem implementadas para correção tempestiva das deficiências apontadas.

Plano de continuidade de negócios (PCN)

A estrutura adotada no plano de continuidade de Negócios utiliza uma abordagem de equipe para resposta a emergências e interrupções, com a utilização de recursos e processos, adequadamente documentados, de modo a minimizar o impacto de eventuais interrupções e proporcionar a retomada de atividades críticas em condições e prazos adequados.

Há uma coordenação central de Continuidade de Negócios para apoiar as áreas de negócios, proprietárias dos procedimentos de recuperação, assim como para garantir a uniformidade de ações e de comunicação. As deliberações para o PCN são realizadas em comitês, de acordo com a necessidade da Instituição.

Periodicamente o Banco Fibra realiza testes de Continuidade de Negócios de forma a verificar a real adequação dos procedimentos de recuperação aos seus propósitos.

8. Operações de Crédito, Câmbio e Outros Créditos

a. Classificação por produto

Operações de crédito	Banco Fibra/Fibra Consolidado			
	30/06/2021	%	31/12/2020	%
Empréstimos	2.853.248	46,2%	3.540.935	60,0%
Financiamentos	462.720	7,5%	366.958	6,2%
Financiamentos rurais e agroindustriais	120.104	1,9%	94.099	1,6%
Subtotal - Operações de crédito	3.436.072	55,6%	4.001.992	67,8%
Outros créditos com características de concessão de crédito				
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	42.994	0,7%	33.950	0,6%
Títulos e créditos a receber	1.968.290	31,9%	1.070.793	18,1%
Subtotal - Outros créditos com características de concessão de crédito	2.011.284	32,6%	1.104.743	18,7%
(-) Ajuste ao valor de mercado (Objeto de hedge)	(484)	0,0%		
Subtotal - Operações de crédito e outros créditos	5.446.872	88,2%	5.106.735	86,5%
Garantias financeiras prestadas	726.258	11,8%	797.911	13,5%
Total da carteira	6.173.130	100,0%	5.904.646	100,0%
Circulante	5.688.847		4.745.154	
Não circulante	484.283		1.159.492	

b. Classificação por setor de atividade

	Banco Fibra/Fibra Consolidado			
	30/06/2021	%	31/12/2020	%
Indústria	2.101.156	34,0%	2.451.660	41,5%
Comércio	971.708	15,8%	1.171.562	19,8%
Serviços	961.574	15,6%	932.980	15,8%
Rurais	82.326	1,3%	110.336	1,9%
Habitação	339.646	5,5%	377.328	6,4%
Setor público	-	0,0%	20.044	0,3%
Intermediários financeiros	1.597.425	25,9%	642.515	10,9%
Pessoas físicas	119.295	1,9%	198.221	3,4%
Total da carteira	6.173.130	100,0%	5.904.646	100,0%

c. Concentrações dos riscos de crédito

	I - Operações com mercado interbancário				II - Sem operações com mercado interbancário			
	30/06/2021	%	31/12/2020	%	30/06/2021	%	31/12/2020	%
Principal Devedor	178.063	2,9%	180.929	3,1%	178.063	4,0%	180.929	3,3%
2º ao 10º Maiores devedores	1.152.372	18,7%	924.892	15,7%	881.357	19,7%	915.612	17,0%
11º ao 20º Maiores devedores	814.850	13,2%	659.660	11,2%	571.409	12,8%	613.646	11,4%
21º ao 50º Maiores devedores	1.465.869	23,7%	1.230.804	20,8%	963.532	21,6%	1.106.672	20,6%
51º ao 100º Maiores devedores	1.041.680	16,9%	1.072.615	18,2%	719.559	16,1%	977.908	18,2%
Demais devedores	1.520.296	24,6%	1.835.746	31,0%	1.156.893	25,9%	1.585.046	29,5%
Total da carteira	6.173.130	100,0%	5.904.646	100,0%	4.470.813	100,1%	5.379.813	100,0%

d. Composição da carteira de crédito por vencimento

	Banco Fibra/Fibra Consolidado			
	30/06/2021	%	31/12/2020	%
Vencidas	28.755	0,5%	64.133	1,1%
Vencer até 30 dias	1.813.091	29,4%	1.040.005	17,6%
Vencer de 31 a 60 dias	708.080	11,5%	716.255	12,1%
Vencer de 61 a 90 dias	595.484	9,6%	371.922	6,3%
Vencer de 91 a 180 dias	1.444.412	23,4%	871.959	14,8%
Vencer de 181 a 360 dias	1.082.509	17,5%	1.680.878	28,5%
Vencer acima de 360 dias	500.799	8,1%	1.159.494	19,6%
Total da carteira	6.173.130	100,0%	5.904.646	100,0%

e. Cessão de créditos

Não houve cessões da carteira de crédito no semestre de 2021 e 2020.

f. Operações ativas vinculadas

Apresentamos abaixo informações relativas a operações ativas vinculadas, realizadas na forma prevista na Resolução nº 2.921/02 do CMN.

	Banco Fibra/Fibra Consolidado			
	30/06/2021		31/12/2020	
	Posição Patrimonial	Resultado	Posição Patrimonial	Resultado
Operações vinculadas ativas	40.681	586	40.096	799
Operação de crédito	40.681	586	40.096	799
Recursos captados	40.458	(507)	39.561	(689)
CDB vinculado	40.458	(507)	39.561	(689)
Resultado líquido das operações vinculadas		79		110

Em 30 de junho de 2021 e 2020 as operações encontravam-se adimplentes.

9. Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

a. Carteira de crédito, de acordo com os níveis de risco:

Níveis de risco	Mínimo %	Banco Fibra/Fibra Consolidado						Total das operações	Total das provisões
		Em curso normal		Em curso anormal		Provisões			
		Em R\$	Provisões	Vencidas	Vincendas				
AA	0,0%	4.032.888	1.484	-	-	-	4.032.888	1.484	
A	0,5%	687.041	3.934	-	-	-	687.041	3.934	
B	1,0%	626.936	6.360	261	33	3	627.230	6.363	
C	3,0%	25.133	754	187	60	7	25.380	761	
D	10,0%	12.873	1.287	-	-	-	12.873	1.287	
E	30,0%	799	239	108	881	297	1.788	536	
F	50,0%	3.643	1.822	1.507	9.621	5.564	14.771	7.386	
G	70,0%	14.794	11.299	14.643	-	10.755	29.437	22.054	
H	100,0%	1.283	1.283	12.049	2.132	14.181	15.464	15.464	
Total da carteira - Créditos		5.405.390	28.462	28.755	12.727	30.807	5.446.872	59.269	
Garantias financeiras prestadas		726.258	412	-	-	-	726.258	412	
Total em 2021		6.131.648	28.874	28.755	12.727	30.807	6.173.130	59.681	
% da carteira Circulante		99,3%		0,5%	0,2%		100,0%	54.775	
Não circulante								4.906	
Total em 2020		5.812.558	31.329	64.133	27.955	55.599	5.904.646	86.928	
% da carteira Circulante		98,4%		1,1%	0,5%		100,0%	70.006	
Não circulante								16.922	

b. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Banco Fibra/Fibra Consolidado	
	30/06/2021 ⁽¹⁾	30/06/2020
Saldo inicial	142.356	218.385
Baixas contra provisão	(17.763)	(90.251)
Reversão de provisão constituída no semestre	(5.393)	(2.564)
Saldo final	119.200	125.570

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2021, os saldos das provisões para carteira de crédito, são compostos da seguinte forma: provisão para operações de crédito no montante de R\$ 54.849 (R\$ 59.529 em 2020), provisão para outros créditos no montante de R\$ 63.939 (R\$ 82.329 em 2020), sendo R\$ 4.420 para outros créditos (R\$ 26.901 em 2020) e R\$ 59.519 para títulos privados (R\$ 55.428 em 2020). Provisão para avais e fianças no montante de R\$ 412 (R\$ 498 em 2020).

O saldo dos créditos renegociados no semestre foi de R\$ 22.633 (R\$ 74.283 em 2020). O total de recuperação de créditos anteriormente baixados foi de R\$ 20.713 (R\$ 25.334 em 2020).

A provisão para cobrir perdas com créditos é constituída de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN. Os percentuais mínimos para cada nível de risco são obedecidos como regra geral, entretanto, percentuais mais elevados dentro de cada faixa de risco podem ser utilizados com base no julgamento e experiência da Administração.

10. Investimentos

a. Participações em controladas

Empresas	Banco Fibra						
	30/06/2021			30/06/2020			
	Participação	Patrimônio líquido ajustado	Resultado de participação no semestre	Valor do investimento	Patrimônio líquido ajustado	Resultado de participação no semestre	Valor do investimento
Fibra Corretora de Seguros Ltda.	99,999%	11.562	137	11.562	11.069	344	11.069
Fibra Cia. Securitizadora de Créditos Imobiliários.	100,000%	930	7	930	979	11	979
Validata Meios de Pagamento Ltda.	99,999%	768	(13)	768	807	(8)	807
Total		13.260	131	13.260	12.855	347	12.855

b. Ativos intangíveis

Movimentação do intangível no período:

	Banco Fibra/Fibra Consolidado				
	Saldo residual em 31/12/2020	Aquisições	Baixas	Despesa de amortização	Saldo residual em 30/06/2021
Licenças e Direitos de Uso	56	-	-	(7)	49
Processamento de Dados ⁽¹⁾	9.630	6.488	-	(1.382)	14.736
Total	9.686	6.488	-	(1.389)	14.785

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente a gastos com desenvolvimento de sistemas.

c. Redução ao valor recuperável dos ativos - CPC 01

Em 30 de junho de 2021 e dezembro de 2020, não ocorreram baixas por impairment.

11. Dependência no Exterior

Em atendimento a resolução nº 4.524/16 do BACEN, foi definido que a moeda funcional da dependência no exterior é Reais (R\$). O montante relativo a variações cambiais reconhecido no semestre de 2021 foi de (R\$ 1.059) (R\$ 2.349 em 2020).

O resultado apurado pela agência de Cayman, no semestre de 2021, foi de R\$ 14.515 (R\$ 29.378 em 2020). O efeito da variação cambial do patrimônio líquido da agência, registrado no Banco Fibra, foi de (R\$ 1.224) (R\$ 24.845 em 2020).

O montante apresentado encontra-se incluído nos saldos do Banco Fibra S.A. individual e estão sumarizadas a seguir:

	Banco Fibra					
	30/06/2021			31/12/2020		
	Partes relacionadas	Terceiros	Total	Partes relacionadas	Terceiros	Total
Posição ativa						
Disponibilidades	-	17.853	17.853	-	14.322	14.322
Títulos e valores mobiliários	28.274	53.318	81.592	28.525	29.187	57.712
Operações de crédito	461.983	57	462.040	309.988	20.035	330.023
Outros créditos	-	54.264	54.264	-	23.214	23.214
Outros valores e bens	-	294	294	-	-	-
Total	490.257	125.786	616.043	338.513	86.758	425.271
Posição passiva						
Depósitos à vista	-	13.221	13.221	-	11.940	11.940
Depósitos a prazo	392.687	-	392.687	161.112	-	161.112
Dívida subordinada	118.790	-	118.790	123.409	-	123.409
Outras obrigações	-	5	5	-	358	358
Patrimônio líquido	-	91.340	91.340	-	128.452	128.452
Total	511.477	104.566	616.043	284.521	140.750	425.271

12. Depósitos

	Banco Fibra						
	Sem vencimento	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360	Total
Depósitos à vista ⁽¹⁾	360.915	-	-	-	-	-	360.915
Depósitos interfinanceiros	-	113	-	-	99.780	191.872	291.765
Depósitos a prazo	-	46.962	191.365	654.954	759.518	4.331.330	5.984.129
Total em 30/06/2021	360.915	47.075	191.365	654.954	859.298	4.523.202	6.636.809
Total em 31/12/2020	367.888	112.451	246.446	293.852	752.751	4.000.868	5.774.256

	Fibra Consolidado						
	Sem vencimento	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360	Total
Depósitos à vista ⁽¹⁾	360.836	-	-	-	-	-	360.836
Depósitos interfinanceiros	-	113	-	-	99.780	191.872	291.765
Depósitos a prazo	-	35.573	191.365	654.954	759.518	4.331.330	5.972.740
Total em 30/06/2021	360.836	35.686	191.365	654.954	859.298	4.523.202	6.625.341
Total em 31/12/2020	367.857	112.451	246.446	293.852	744.369	3.997.865	5.762.840

⁽¹⁾ Contém R\$ 13.221 (R\$ 11.940 em 2020) de depósitos à vista captados via agência de Cayman em ME.

13. Captações no Mercado Aberto

Refere-se a operações de venda de títulos no mercado com compromisso de recompra, lastreadas em títulos públicos, próprios ou de terceiros no montante de R\$ 535.657 (R\$ 393.660 em 2020).

14. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Banco Fibra/Fibra Consolidado					
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360	Total
Letras de créditos imobiliários - LCI ⁽¹⁾	3.461	834	-	-	-	4.295
Letras de créditos do agronegócio - LCA ⁽²⁾	583	5.294	23.807	8.055	92.842	130.581
Letras financeiras - LF ⁽³⁾	-	10.663	-	-	-	10.663
Letras financeiras com garantia - LFG ⁽⁴⁾	-	166.090	539.066	-	-	705.156
Total em 30/06/2021	4.044	182.881	562.873	8.055	92.842	850.695
Total em 31/12/2020	11.297	39.481	319.521	727.341	92.150	1.189.790

As operações de LCI, LCA e LFG são lastreadas com operações ativas do Banco.

Os recursos captados foram corrigidos pelas taxas e indexadores a seguir:

⁽¹⁾ LCI com taxas que variam de 92% a 95,5% do CDI e taxas pré de 4,57% a 4,91% a.a.

⁽²⁾ LCA com taxas que variam de 92% a 123% do CDI e taxas pré de 2,32% a 8,63% a.a.

⁽³⁾ LF com taxas de 116% do CDI

⁽⁴⁾ LFG emitidas de acordo com a Resolução nº 4.795 de 02/04/2020 à taxa de 100% da selic + 0,6% a.a.

15. Obrigações por Empréstimos no Exterior e Repasses no País

As obrigações por repasses do país são representadas por captações via Funcafé e corrigidas por juros pré-fixado de 2,25% a.a. até o vencimento e pela Selic do vencimento até a data do repasse ao Ministério.

	Banco Fibra/Fibra Consolidado					
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360	Total
Funcafé	43.206	34.028	39.296	27.463	17.679	161.672
Empréstimos no exterior	1.408	89	3.776	-	-	5.273
Total em 30/06/2021	44.614	34.117	43.072	27.463	17.679	166.945
Total em 31/12/2020	6.305	61.964	11.479	125.403	13.358	218.509

16. Carteira de Câmbio

	Banco Fibra/Fibra Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Posição ativa		
Câmbio comprado a liquidar	215.419	86.848
Direitos sobre vendas de câmbio	62.595	44.759
Total	278.014	131.607
Circulante	278.014	131.607
Não circulante	-	-

	Banco Fibra/Fibra Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Posição passiva		
Câmbio vendido a liquidar	86.077	45.171
Obrigações por Compra de câmbio	214.255	84.857
Total	300.332	130.028
Circulante	300.332	130.028
Não circulante	-	-

17. Composição de Outras

a. Outros créditos - Diversos

	Banco Fibra		Fibra Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Depósitos em garantia ⁽¹⁾	582.072	557.422	582.237	557.585
Impostos a compensar	44.444	68.601	44.833	68.944
Negociação e intermediação de valores	38.209	19.634	38.209	19.634
Comissões de fianças a receber	6.274	10.129	6.274	10.129
Valores a receber	86.029	56.746	86.029	56.746
Outros	5.815	8.003	5.815	8.003
Total	762.843	720.535	763.397	721.041
Circulante	89.943	60.730	90.115	60.844
Não circulante	672.900	659.805	673.282	660.197

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente a depósitos judiciais para PIS e COFINS (Nota 20c).

b. Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

	Banco Fibra		Fibra Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Provisão para imposto de renda e contribuições sobre o lucro	-	23.715	34	23.829
Impostos e contribuições a recolher	10.541	8.914	10.562	8.922
Total	10.541	32.629	10.596	32.751
Circulante	6.406	28.508	6.461	28.630
Não circulante	4.135	4.121	4.135	4.121

c. Provisões

	Banco Fibra		Fibra Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Provisão para fianças prestadas	412	498	412	498
Provisões para contingências cíveis	16.502	23.518	16.622	23.638
Provisões para contingências fiscais	409.449	406.428	409.449	406.428
Provisões para contingências trabalhistas	48.816	46.820	48.912	46.912
Provisões para pagamentos a efetuar	16.957	17.670	16.959	17.671
Provisões sobre participações no resultado	12.000	24.281	12.000	24.281
Total	504.136	519.215	504.354	519.428
Circulante	94.687	112.787	94.905	113.000
Não circulante	409.449	406.428	409.449	406.428

d. Outras despesas administrativas

	Banco Fibra		Fibra Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de alugueis	1.331	1.263	1.331	1.263
Despesas de amortização	1.389	1.374	1.389	1.374
Despesas de comunicação	1.532	1.364	1.532	1.364
Despesas de depreciação	496	461	508	476
Despesas de manutenção e conservação de bens	1.989	372	1.989	372
Despesas de processamento de dados	11.140	7.273	11.140	7.273
Despesas de serviços sistema financeiro	4.476	5.474	4.477	5.475
Despesas de serviços técnicos especializados	6.292	5.742	6.309	5.754
Despesas de serviços de terceiros	229	205	229	205
Despesas de transporte	165	149	165	149
Despesas de seguros	484	346	484	346
Despesas de viagens	19	155	19	155
Impostos e taxas	210	544	210	544
Outras despesas administrativas	1.856	2.134	1.871	2.134
Total	31.608	26.856	31.653	26.884

e. Outras receitas operacionais

	Banco Fibra		Fibra Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Atualização monetária	5.099	6.488	5.103	6.507
Reversão de contingências cíveis/trabalhistas	7.585	1.818	7.585	1.818
Variação cambial	1.846	49.061	1.846	49.061
Outras	476	387	476	387
Total	15.006	57.754	15.010	57.773

f. Outras despesas operacionais

	Banco Fibra		Fibra Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Custas processuais	741	936	744	936
Despesas de atualização monetária	19	26	19	26
Despesas de fianças	4	42	4	42
Pagamento de indenizações cíveis	5.828	4.977	5.828	4.977
Desconto concedido	424	11.520	424	11.520
Outras	405	564	405	564
Total	7.421	18.065	7.424	18.065

g. Resultado não operacional

Totaliza R\$ 17.005 (R\$ 642 em 2020) e é representado, substancialmente, pelos ganhos e perdas na alienação ou na provisão para desvalorização de bens não de uso próprio no Banco Fibra.

h. Relações interfinanceiras e interdependências

	Banco Fibra/Fibra Consolidado			
	Ativo		Passivo	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Correspondentes	329	70	919	143
Transferências internas de recursos	-	1	6.805	451
Recursos em trânsito de terceiros ⁽¹⁾	54.130	-	308.867	58.695
Total	54.459	71	316.591	59.289
Circulante	54.459	71	316.591	59.289
Não circulante	-	-	-	-

⁽¹⁾ O saldo do ativo é composto por recebimentos via COMPE. No passivo refere-se substancialmente a ordens de pagamento em moedas estrangeiras.

i. Obrigações fiscais diferidas

	Banco Fibra		Fibra Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
	Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 19b).	16.362	15.462	16.362
Total	16.362	15.462	16.362	15.462
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	16.362	15.462	16.362	15.462

18. Outros Valores e Bens

a. Bens não de uso próprio

	Banco Fibra/Fibra Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
	Imóveis	177.733
Veículos	1.809	2.019
Outros	20.540	20.540
Provisão por desvalorização	(13.101)	(11.223)
Total	186.981	233.175

b. Despesas antecipadas

	Banco Fibra/Fibra Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
	Comissões de CDB/LCA/LCI	45.394
Licenças de uso	1.141	734
Manutenção de sistemas	845	250
Seguros	1.530	840
Outras	1.071	335
Total	49.981	35.673
Circulante	4.814	2.797
Não circulante	45.167	32.876

19. Tributos

a. Composição das despesas com impostos e contribuições

Demonstramos a seguir o Imposto de Renda e Contribuição Social devidos sobre as operações do período:

	Banco Fibra					
	30/06/2021			30/06/2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes do IRPJ e CSLL	40.457	40.457	40.457	72.323	72.323	72.323
Consolidação IRRF - Exterior	-	-	-	(12.605)	(12.605)	(12.605)
Resultado antes do IRPJ e CSLL - Consolidado	40.457	40.457	40.457	59.718	59.718	59.718
Encargos						
IRPJ - 25% e CSLL - 20% (15% até fev./2020)	(10.115)	(8.092)	(18.207)	(14.930)	(11.944)	(26.874)
Adições e exclusões no cálculo de impostos	(1.941)	(37)	(1.978)	15.300	4.415	19.715
Participações em controladas	3.662	2.930	6.592	7.431	5.945	13.376
Variação cambial	(153)	(122)	(275)	6.211	4.969	11.180
Despesas não dedutíveis - Permanentes	(2.500)	(2.000)	(4.500)	(1.729)	(1.384)	(3.113)
IRRF a compensar - Exterior	-	-	-	12.605	-	12.605
IRPJ e CSLL diferido - Exterior	(3.629)	(2.903)	(6.532)	(10.496)	(8.397)	(18.893)
Efeito do diferencial de alíquota da CSLL 5%	-	1.515	1.515	-	-	-
Outros	679	543	1.222	1.278	3.282	4.560
Imposto de renda e contribuição social	(12.056)	(8.129)	(20.185)	370	(7.529)	(7.159)
Consolidação IRRF - Exterior	-	-	-	(12.605)	-	(12.605)
Imposto de renda e contribuição social - Consolidado	(12.056)	(8.129)	(20.185)	(12.235)	(7.529)	(19.764)

b. Créditos tributários

I - Em 30 de junho de 2021, o Banco Fibra possuía créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados com base nas alíquotas vigentes, conforme demonstrado a seguir. Esses créditos estão registrados em "Outros Créditos - Créditos tributários diferidos", tendo em vista as estimativas de realização dos créditos, face à projeção de lucros tributáveis baseada em estudo técnico que é revisito, no mínimo semestralmente (30 de junho e 31 de dezembro).

O estudo foi atualizado também para 30 de junho de 2021, conforme previsto pela regulamentação vigente, e foi aprovado pelo Conselho de Administração em 26 de agosto de 2021. Em termos gerais, o referido estudo atende aos requisitos necessários para suporte à manutenção da contabilização do ativo fiscal diferido.

Os principais fatores que fundamentam a projeção de rentabilidade futura para os próximos 10 anos são:

- Premissas básicas aderentes aos planos estratégicos da Instituição e ao cenário macroeconômico atual;
- Projeções de resultado compatíveis com os negócios, estratégias e estruturas operacionais e de capital;
- Crescimento das carteiras de crédito de atacado e aplicação de "spreads" aderentes às expectativas de mercado;
- Esgotamento total da carteira de crédito do segmento varejo;
- Incremento nas receitas de prestação de serviços, tarifas e outras receitas não-crédito, compatíveis com o mercado e com a estrutura de produtos oferecidos pelo Banco;
- Perdas com crédito projetadas com base em percentuais compatíveis com o mercado;
- Estimativa de despesas e custos operacionais baseada na inflação projetada e nas necessidades operacionais da Instituição;
- Despesa de impostos sobre lucros tributáveis, considerando o aumento da alíquota da CSLL de 15% para 20%, em razão da Emenda Constitucional 103/2019;
- Despesa de impostos sobre lucros tributáveis, considerando o aumento da alíquota da CSLL de 20% para 25%, em razão da Medida Provisória 1.034 de 01/03/2021 a partir de julho até dezembro/2021;
- Histórico de geração de lucro tributável recorrente nos últimos seis exercícios, conforme já havia sido projetado nos estudos técnicos nos anos anteriores; e
- Continuação melhora nos resultados apropriados pela Instituição, ao longo dos últimos exercícios, incluindo 2021.

A realização desses créditos tributários, no período estimado de realização, depende da materialização dessas premissas na forma como projetadas.

	Banco Fibra			30/06/2021
	31/12/2020	Constituição	(Realização)	
Total de créditos tributários de diferenças temporárias	810.578	41.176	(45.294)	806.460
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	552.574	3.327	(10.375)	545.526
Provisão para contingências trabalhistas	21.069	898	-	21.967
Provisão para contingências - outros	202.287	1.603	(6.832)	197.058
Ajuste marcação a mercado	26.088	34.504	(26.089)	34.503
Provisão para desvalorização de bens não de uso	5.050	844	-	5.894
Outras	3.510	-	(1.998)	1.512
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	330.004	-	(1.536)	328.468
Total de créditos tributários	1.140.582	41.176	(46.830)	1.134.928
Obrigações diferidas	(15.462)	(900)	-	(16.362)
Créditos tributários líquidos	1.125.120	40.276	(46.830)	1.118.566

	Fibra Consolidado			30/06/2021
	31/12/2020	Constituição	(Realização)	
Total de créditos tributários de diferenças temporárias	810.578	41.176	(45.294)	806.460
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	552.574	3.327	(10.375)	545.526
Provisão para contingências trabalhistas	21.069	898	-	21.967
Provisão para contingências - outros	202.287	1.603	(6.832)	197.058
Ajuste marcação a mercado	26.088	34.504	(26.089)	34.503
Provisão para desvalorização de bens não de uso	5.050	844	-	5.894
Outras	3.510	-	(1.998)	1.512
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	331.498	-	(1.556)	329.942
Total de créditos tributários	1.142.076	41.176	(46.850)	1.136.402
Obrigações diferidas	(15.462)	(900)	-	(16.362)
Créditos tributários líquidos	1.126.614	40.276	(46.850)	1.120.040

II – Apresentamos abaixo a expectativa anual de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, e seu respectivo valor presente. Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizado o CDI projetado ano a ano, para os próximos 10 anos, aplicada sobre os valores nominais da expectativa de realização, deduzindo o efeito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes na data do balanço.

	Ano de realização		Consolidado
	2021	2020	
	70.471	88.722	70.471
	88.722	97.533	88.722
	97.533	105.230	97.533
	105.230	113.390	105.230
	113.390	292.566	113.390
	292.566	129.764	292.566
	129.764	77.264	129.764
	77.264	66.282	77.264
	66.282	95.180	66.282
	95.180		95.180
Total			1.136.402
Valor presente			900.522

III - Em 30 junho de 2021 o Banco Fibra Consolidado constituiu créditos tributários no montante de R\$ 1.515, em razão da majoração da alíquota da CSLL de 20% para 25% prevista no artigo 1º da Medida Provisória nº 1.034/21, convertida na Lei nº 14.183/2021, que entrou em vigor em 01/07/2021. Referida constituição foi baseada na circular do BACEN nº 3.171/2003, artigo 1º, parágrafo 2º a qual estabelece que qualquer alteração de legislação tributária que modifique critérios e alíquotas a serem adotados em períodos futuros devem ter seus efeitos reconhecidos imediatamente com base nos critérios e alíquotas aplicáveis ao período em que cada parcela do ativo será realizada ou do passivo liquidada.

20. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O Banco Fibra e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

a. Ativos contingentes

Não há ativos contingentes registrados contabilmente. Contudo, em sede do mandado de segurança nº 0001463.05-2011.403.6100, pleiteia-se o direito à compensação dos valores de PIS e COFINS indevidamente recolhidos desde junho de 2001 a maio de 2006, nos termos do artigo 74 da Lei nº 9.430/96, com perspectiva de êxito remota, no montante de R\$ 31.974 (R\$ 31.823 em dez/2020), e cujo mérito da exigência se encontra em debate nos casos abaixo:

PIS: Mandado de segurança nº 0014234-88.2006.4.03.6100 impetrado em 06/2006, com vistas à concessão de segurança para autorizar o recolhimento do PIS apenas sobre receitas decorrentes da prestação de serviços. Por conta da adesão ao programa especial de regularização tributária - PERT em 08/2017, detalhado no item "c" abaixo, houve desistência deste processo bem como desistência parcial do mandado de segurança nº 0001463.05-2011.403.6100 apenas em relação ao direito à compensação do PIS. Assim sendo, remanesce a discussão judicial da compensação no tocante à COFINS, o que corresponde ao montante atualizado de R\$ 31.974 (R\$ 31.823 em dez/2020). COFINS: Mandado de segurança nº 2006.61.00.014235-1 impetrado em 06/2006, com vistas à concessão de segurança para autorizar o recolhimento do COFINS apenas sobre receitas decorrentes da prestação de serviços.

b. Passivos de natureza trabalhista e cível

No caso das ações cíveis, o Banco Fibra efetua provisão em montante considerado suficiente com base no histórico de perdas apuradas nos últimos anos, além da adequação aos precedentes dos Tribunais. São consideradas no cálculo da provisão as ações cíveis em que a empresa figure no pólo passivo, através do critério concernente ao produto Atacado e Varejo, a saber: (i) para as ações, cujo objeto seja um produto do atacado, foi provisionado, no consolidado, o valor de R\$ 12.662 (R\$ 19.616 em 2020) para os casos em que há probabilidade de perda com desembolso financeiro; e (ii) para as ações, cujo objeto seja um produto do varejo, foi provisionado, no consolidado, o valor de R\$ 3.960 (R\$ 4.022 em 2020), quando se tratar de ações indenizatórias e de repetições de indébito.

No caso das ações trabalhistas, a avaliação é efetuada com base de dados das ações encerradas com trânsito em julgado desde 2007 a 2020. Os valores são apurados e aplicados para os processos em aberto, considerando a média de indenização e ponderação de êxito por verba, expurgados os casos excepcionais. Em 30 de junho de 2021, no consolidado, o saldo da provisão de Passivos Trabalhistas monta R\$ 48.912 (R\$ 46.912 em 2020).

c. Obrigações legais - Provisões para contingências

Os passivos contingentes classificados como perdas prováveis referem-se principalmente ao processo de alargamento da base de PIS e COFINS.

O Banco Fibra e suas controladas impetraram mandado de segurança visando garantir o direito líquido e certo de recolher a contribuição para o PIS e COFINS somente com base nas receitas provenientes da prestação de serviços, Lei nº 9.718/98 (alargamento da base de cálculo), relativamente ao período – base de junho de 2006 e subsequentes, bem como de proceder a compensação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, desde junho de 2001, nos termos do artigo 74º da lei nº 9.430/96, com redação dada pela Lei nº 10.637/02, acrescidos da taxa de juros SELIC, conforme determinado pela Lei nº 9.250/95.

Em observância a decisão de 10/12/2010, exarada nos autos da medida cautelar, que atribuiu efeito suspensivo ao recurso extraordinário, não foi necessária a realização de depósito judicial para o PIS nas empresas Banco Fibra e Fibra Asset DTVM (incorporada pelo Banco Fibra em 31/08/2013). Para a empresa Credifibra (incorporada pelo Banco Fibra em 31/10/2012) foram efetuados os depósitos judiciais para o PIS no montante de R\$ 7.075 (R\$ 7.021 em 2020). No que tange a COFINS (Banco e suas Controladas), a partir de abril de 2012 foram efetuados os depósitos judiciais que somados perfazem o valor de R\$ 424.076 (R\$ 420.915 em 2020), conforme disposto no parágrafo 2º, do artigo 63 da Lei nº 9.430/96.

Os advogados externos contratados, responsáveis pela condução dos processos remanescentes (PIS - Credifibra e COFINS - Credifibra, Banco Fibra e Fibra Asset DTVM), entendem que a probabilidade de perda é provável, sendo que o montante de R\$ 409.449 (R\$ 406.428 em 2020) encontra-se integralmente provisionado, registrado no longo prazo, na rubrica "Provisões".

d. Contingências passivas com risco de perda possível

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela instituição e estão baseados nos pareceres dos consultores jurídicos externos contratados em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as contingências classificadas como perdas possíveis no montante de R\$ 463.749 (R\$ 435.777 em 2020), sendo compostas, principalmente, pelas seguintes questões: a) Auto de infração lavrado pela Receita Federal, referente à IRPJ e CSLL, em razão de ganho auferido na devolução do patrimônio social de entidade isenta, no ano calendário de 2007, no valor de R\$ 47.482 (R\$ 38.945 em 2020); b) Glosa de despesas realizadas a título de variação cambial, tributação de ganhos auferidos em devolução do patrimônio de entidades isentas e dedutibilidade em excesso de juros sobre capital próprio, no valor de R\$ 28.740 (R\$ 28.740 em 2020); c) Auto de infração referente IRRF sobre JCP pago a empresa no exterior, relativo aos anos de 2009 e 2010, no valor de R\$ 9.806, houve decisão favorável em impugnação, pendente ainda de julgamento de recurso de ofício, com redução para R\$ 744 (R\$ 9.760 em 2020); d) Auto de infração previdenciário, no valor de R\$ 94.249 (R\$ 82.859 em 2020); e) Glosa de amortização de ágio apropriada em 2011 no valor de R\$ 21.890 (R\$ 20.251 em 2020); f) Exclusão indevida da base de cálculo do IRPJ e CSLL de créditos recuperados e glosa de despesas em 2011, no valor de R\$ 10.014 (R\$ 9.264 em 2020); g) Glosa de amortização de ágio apropriada de janeiro a outubro de 2012 no valor de R\$ 15.364 (R\$ 14.509 em 2020); h) Glosa complementar de amortização de ágio apropriado em novembro e dezembro de 2012 e exclusão indevida da base de cálculo do IRPJ e CSLL de créditos recuperados e glosa de despesas em 2012, no valor de R\$ 20.558 (R\$ 20.558 em 2020); i) Glosa de despesas e amortização de ágio apropriada na base de cálculo do IRPJ e CSLL ano calendário 2014, no valor de R\$ 14.441 (R\$ 14.534 em 2020); j) Glosa de amortização de ágio apropriada de janeiro a dezembro/2015 no valor de R\$ 19.895 (R\$ 19.592 em 2020) e k) Glosa de Despesas em Operações com Derivativos de Hedge da base de cálculo do PIS e COFINS nos meses de 08/2015 a 12/2015 no valor de R\$ 69.089 (R\$ 68.335 em 2020).

e. Movimentação das provisões para passivos contingentes

	Fibra Consolidado						Saldo em 30/06/2021
	Saldo em 30/06/2020	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2020	Constituição	Realização	
Processos cíveis	23.934	223	(519)	23.638	672	(7.688)	16.622
Processos trabalhistas	46.691	1.256	(1.035)	46.912	2.000	-	48.912
Processos fiscais	404.097	2.331	-	406.428	3.021	-	409.449
Total	474.722	3.810	(1.554)	476.978	5.693	(7.688)	474.983

f. Programa de pagamento ou parcelamento de tributos federais – Lei nº 11.941/09

O Banco Fibra e suas controladas aderiram ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários da Lei nº 11.941/09. Em 30/06/11, os valores foram consolidados e pagos à vista, no montante de R\$ 13.244, exceto para os processos judiciais garantidos por depósitos, que aguardam a vinculação dos depósitos efetuados nos autos do mandado de segurança para quitação dos valores devidos e posterior levantamento dos saldos remanescentes dos processos. A provisão em 30/06/2021 é de R\$ 4.135 (R\$ 4.121 em 2020). O principal processo incluído nesse programa se refere a CSLL Isonomia.

21. Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital

Em 06 de fevereiro de 2018, o Banco Fibra, através de sua agência nas Ilhas Cayman, captou recursos no exterior, na forma de dívida subordinada no valor total de US\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de dólares). Em 29 de março de 2018, na forma de emissão suplementar à Dívida Subordinada Original, foram captados US\$ 8.000.000,00 (oito milhões de dólares). O instrumento de Dívida Subordinada integra o Nível II do seu Patrimônio de Referência, nos termos da Resolução nº 4.192/13 com aprovação em 24 de maio de 2018 pelo Banco Central do Brasil no total de US\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de dólares). As referidas dívidas foram emitidas com taxa de juros de 8,125% ao ano com pagamentos de juros semestrais em fevereiro e agosto de cada ano, cujo vencimento do principal será em 6 de fevereiro de 2028.

Data da operação	Remuneração	Banco Fibra/Fibra Consolidado			
		30/06/2021		31/12/2020	
		Saldo	Capital nível II	Saldo	Capital nível II
06/02/2018	VC + 8,125%	77.472	75.032	80.484	77.951
29/03/2018	VC + 8,125%	41.318	40.018	42.925	41.574
Total		118.790	115.050	123.409	119.525
Circulante		3.740	-	3.884	-
Não circulante		115.050	115.050	119.525	119.525

22. Patrimônio Líquido

a. Capital Social

O capital social está representado por 6.335.020.888 ações ordinárias (6.335.020.888 em 2020), todas nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária corresponde 1 (um) voto nas deliberações das assembleias gerais dos acionistas.

b. Reserva Legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a destinação não mais se faz obrigatória. Não foi constituída no semestre por possuir prejuízos acumulados.

23. Transações com Partes Relacionadas

a. Partes Relacionadas

Os valores abaixo se referem a transações do Banco Fibra com empresas controladas e empresas ligadas. Nas operações envolvendo partes relacionadas foram praticadas taxas e condições usuais de mercado nas datas das transações. No semestre findo em 30 de junho de 2021, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

Controladas	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	30/06/2020
Depósitos				
À Vista	(79)	(31)	-	-
Fibra Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários	-	(3)	-	-
Fibra Corretora de Seguros Ltda.	(63)	(15)	-	-
Validata Meios de Pagamento Ltda.	(16)	(13)	-	-
A Prazo	(11.388)	(11.385)	(141)	(171)
Fibra Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários	(824)	(814)	(10)	(14)
Fibra Corretora de Seguros Ltda.	(9.851)	(9.849)	(122)	(145)
Validata Meios de Pagamento Ltda.	(713)	(722)	(9)	(12)

	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	30/06/2020
Coligadas do Grupo Controlador				
Títulos e valores mobiliários	28.274	28.525	3.042	808
Companhia Siderúrgica Nacional	28.274	28.525	3.042	808
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.181	(889)	6.089
Finobrasa Agroindustrial S.A.	-	2.771	(495)	521
Vicunha Têxtil S.A.	-	410	(394)	5.568
Operações de crédito	39.567	100.833	1.442	4.081
Companhia Siderúrgica Nacional	-	-	-	434
Finobrasa Agroindustrial S.A.	10.387	6.688	399	464
Fibra Experts Empreendimentos Imobiliários Ltda.	21.155	21.422	689	1.624
Vicunha Têxtil S.A.	8.025	10.030	354	27
Rio Purus Participações S.A.	-	62.693	-	1.532
Transferências de direitos sem coobrigação	-	-	732	691
Companhia Siderúrgica Nacional	-	-	732	49
Vicunha Têxtil S.A.	-	-	-	642
Títulos de dívidas no exterior	(118.790)	(123.409)	(4.674)	(5.117)
Companhia Siderúrgica Nacional	(118.790)	(123.409)	(4.674)	(5.117)
Depósitos à vista e a prazo	(669.671)	(595.766)	(6.154)	(4.678)
AVCO Polímeros do Brasil S.A.	(3)	(4)	-	-
Bonança Projetos Imobiliários Ltda.	(1)	(85)	(1)	(8)
CFL Participações S.A.	-	(53)	-	-
CIPLA - Serviços e Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(2.627)	(1.005)	(22)	(10)
Companhia Siderúrgica Nacional	(523.393)	(458.360)	(4.412)	(2.653)
Fazenda Santa Otília Agropecuária Ltda.	(1)	(11.935)	(32)	(140)
Fibra Experts Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(36.186)	(67.020)	(834)	(512)
Fibra MZM Diadema Empreendimento Imobiliário Ltda.	(767)	(923)	(10)	(30)
Fibra Participações Ltda.	(25.764)	-	(4)	-
Finobrasa Agroindustrial S.A.	(45)	(2.677)	(21)	-
Pajuçara Confeccões S.A.	(42)	(43)	-	(1)
Partifib Projetos Imobiliários André Casado Ltda.	-	(234)	-	(46)
Partifib Projetos Imobiliários Caiubi Ltda.	(1.892)	(342)	(11)	(47)
Partifib Projetos Imobiliários Celso Garcia Ltda.	(5.085)	(5.696)	(72)	(196)
Partifib Projetos Imobiliários Consolação Ltda.	(1)	(1)	-	-
Partifib Projetos Imobiliários Eugenio de Melo Ltda.	(67)	(512)	(2)	(46)
Partifib Projetos Imobiliários F57 Ltda.	(1)	(800)	(3)	(34)
Partifib Projetos Imobiliários F64 Ltda.	(7.348)	-	(55)	-
Partifib Projetos Imobiliários F68 Ltda.	(4)	(4)	-	-
Partifib Projetos Imobiliários Livramento Ltda.	(5.134)	-	(32)	-
Partifib Projetos Imobiliários Gamma Ltda.	(1)	(204)	(1)	(15)
Partifib Projetos Imobiliários Teodureto Ltda.	(1)	(171)	(1)	(53)
Partifib Projetos Imobiliários Nova Odessa Ltda.	(1)	(236)	(1)	(5)
Rio Iaco Participações S.A.	-	(517)	-	-
Rio Purus Participações S.A.	(4.949)	(7.656)	(72)	(184)
Taquari Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda.	(793)	(553)	(6)	(7)
Taquari Participações S.A.	(16.584)	(7.476)	(173)	(146)
Textília S.A.	(305)	(600)	(5)	(2)
Transnordestina Logística S.A.	(2)	(4)	-	-
Tutóia Empreendimento Imobiliário S.A.	(152)	(133)	(1)	(2)
Vicunha Aços S.A.	(26.836)	(11.651)	(203)	(167)
Vicunha Distribuidora de Produtos Têxteis Ltda.	(166)	(164)	(2)	(39)
Vicunha Imóveis Ltda.	(8.738)	(1.660)	(61)	-
Vicunha Participações S.A.	(169)	(169)	-	(1)
Vicunha Serviços Ltda.	(2.208)	(1)	(14)	(4)
Vicunha Steel S.A.	(210)	(527)	(5)	(18)
Vicunha Têxtil S.A.	(195)	(14.350)	(98)	(312)
Controladores, acionistas e pessoal chave da administração				
Depósitos à vista e a prazo	(1.579)	(1.513)	(30)	(25)
Controladores e pessoal chave da administração.	(1.579)	(1.513)	(30)	(25)
Letras de créditos imobiliários e do agronegócio - LCI e LCA	(817)	(555)	(12)	(33)
Controladores e pessoal chave da administração.	(817)	(555)	(12)	(33)

b. Remuneração Pessoal Chave da Administração

Apresentamos a seguir a composição da remuneração do pessoal chave da administração, conforme estabelecido pelo CPC 05 – Divulgação de Partes Relacionadas parágrafo 16º e CPC 33 – Benefícios a Empregados, ambos, aprovados pelas Resoluções do CMN nº 3.921/10 e 4.877/20.

	Fibra Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020
Administradores		
Benefícios de curto prazo à empregados e administradores	4.037	3.843
Outros benefícios de longo prazo	9.445	7.262
Total	13.482	11.105

24. Limites Operacionais

As instituições financeiras devem manter patrimônio de referência mínimo de 9,25% dos seus ativos consolidados ponderados por grau de risco (risco de crédito, mercado e operacional). Em 30 de junho de 2021 o Banco Fibra estava enquadrado neste limite operacional, conforme demonstrado a seguir:

	Fibra Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência (PR)	815.177	820.442
Patrimônio de referência exigido (PRE)	538.992	546.812
Valor correspondente ao RBAN ⁽¹⁾	22.813	13.083
Adicional de Capital Principal (conservação) ⁽²⁾	109.483	85.439
Margem	143.889	175.108

⁽¹⁾ Risco de Mercado de taxas de juros de carteira "banking". ⁽²⁾ Em junho de 2021, 1,625% do RWA total ante 1,25% em dezembro de 2020.

Em 30 de junho de 2021, o Índice de Basileia, em conformidade com as regras vigentes, correspondia a 12,10% (12,00% em dezembro de 2020).

25. Informações Complementares

a. Avais e fianças

Responsabilidade do Banco por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros:

	Banco Fibra/Fibra Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Beneficiários de garantias prestadas	726.258	797.911
Total	726.258	797.911

b. Benefícios a funcionários

O Banco Fibra oferece aos seus empregados os seguintes benefícios: seguro de vida, seguro saúde, vale-alimentação, vale-refeição e vale-transporte. Nenhum destes benefícios é considerado como parte integrante do salário.

c. Participação nos lucros - Funcionários

O Banco Fibra possui modelo próprio de pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, com critérios e parâmetros estabelecidos em plano específico.

26. Resultado não Recorrente

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente, o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Em 30 de junho de 2020 não houve resultado classificado como não recorrente. O montante não recorrente em 30 de junho de 2021, está demonstrado abaixo:

	Banco Fibra/Fibra Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020
Resultado não recorrente	1.515	-
Crédito Tributário - Majoração da alíquota da CSLL de 20% para 25% (Válida de Julho até Dezembro de 2021)	1.515	-

Membros da Diretoria Executiva

Arno Schwarz
 Carlos Alberto Sangiorgio
 José Lourenço Cassandre Junior
 Kumagaë Hinkí Junior
 Marcos Chadalakian
 Rafael Pavão de Assis
 Rodrigo de Faria Matias Bueno

CONTADOR

Orlando Francisco Duarte Jordão - CRC 1SP 294229/O-0

Relatório do Comitê de Auditoria de 30/06/2021

Introdução:

Em conformidade ao disposto em seu Regimento Interno e as práticas de Governança Corporativa, compete ao Comitê de Auditoria zelar pelo aprimoramento da qualidade e efetividade dos controles e conformidade das operações e negócios do Conglomerado Fibra com os dispositivos regulamentares, fornecendo os resultados aos membros do Conselho de Administração, incluindo informações sobre as avaliações apresentadas pelas Auditorias Interna e Independente.

As análises do Comitê de Auditoria foram baseadas nas informações recebidas da Administração, da Contabilidade, da Auditoria Independente, da Auditoria Interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas próprias avaliações decorrentes de observação direta.

Compete à Administração do Banco Fibra S.A. ("Banco Fibra"), a definição e implantação dos sistemas de informações contábeis e gerenciais que produzem as demonstrações financeiras das empresas que compõem o Conglomerado, em observância à legislação societária, às práticas contábeis e às normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

A Administração também é responsável pelo aprimoramento contínuo de processos, políticas e procedimentos de controle que propiciem a salvaguarda dos ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e gerenciamento dos riscos, das operações e dos sistemas da Instituição.

A Grant Thornton Auditores Independentes, na qualidade de Auditor Independente, é a responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião sobre a aderência aos princípios contábeis. Adicionalmente, produz relatório de recomendações para aprimoramento dos procedimentos contábeis e de controles internos.

A Auditoria Interna tem sua atuação voltada à avaliação da qualidade dos processos e efetividade dos controles internos e as atividades de gerenciamento de riscos, propiciando ao Comitê de Auditoria uma visão crítica dos principais riscos a que a instituição está exposta.

Atividades exercidas no âmbito das atribuições do Comitê de Auditoria, no período:

O Comitê de Auditoria do Banco Fibra se reuniu mensalmente e nestas reuniões foram desempenhadas atividades com vistas à avaliação da qualidade e efetividade das Auditorias Independente e Interna, a suficiência dos sistemas de controles internos e a análise das demonstrações contábeis. Quando requerido, os responsáveis por processos, produtos ou áreas foram convocados para prestar esclarecimentos ao Comitê.

Avaliação do Sistema de Controles Internos:

O Comitê de Auditoria avaliou como adequado o Sistema de Controles Internos do Banco Fibra, que está baseado no aprimoramento contínuo do gerenciamento de riscos de produtos e processos e do ambiente de governança corporativa. Adicionalmente, o Comitê de Auditoria avalia o Sistema de Controles Internos como compatível ao porte e complexidade dos negócios do Banco Fibra.

Quanto aos riscos legais e de compliance, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis e nos trabalhos da Auditoria Interna e Independente, concluímos que não foram identificadas falhas no cumprimento da legislação e/ou normas internas que possam colocar em risco a continuidade da instituição.

A Auditoria Interna, cujo planejamento anual de suas atividades é aprovado e acompanhado neste foro, completa o ciclo de auditoria a cada três anos e realiza trabalhos de auditoria operacionais, de sistemas e contínua com foco em riscos e utilizando-se de metodologia atualizada e reconhecida pelo mercado. As oportunidades de melhoria identificadas foram encaminhadas aos respectivos responsáveis e a implementação das recomendações acompanhadas no âmbito do Comitê de Auditoria. O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna.

Auditoria Independente:

O escopo dos trabalhos de auditoria foi discutido e previamente aprovado pelos membros. A objetividade e independência não foram afetadas, de acordo com informações recebidas do auditor independente. A Grant Thornton Auditores Independentes não prestou outro serviço além de auditor das Demonstrações Financeiras durante o primeiro semestre de 2021 e nos últimos 02 anos.

O Comitê de Auditoria julgou adequada a qualidade dos trabalhos efetuados pela Auditoria Independente e suficiente o volume de informações necessárias para poder dar o seu parecer acerca das demonstrações financeiras.

Avaliação da qualidade das recomendações relativas ao período:

O Comitê de Auditoria vem acompanhando os planos de ação relacionados ao aprimoramento dos controles, decorrentes das recomendações efetuadas pelas auditorias interna e Independente, bem como pelos reguladores, relativas aos respectivos períodos anteriores. Dois dos membros do Comitê participam das reuniões regulares do Conselho de Administração, ocasiões em que tiveram a oportunidade de expor opiniões e pontos de vista sobre diversos aspectos decorrentes do exercício de suas funções.

Conclusão:

O Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações inerentes ao alcance de sua atuação, e, diante da inexistência de divergências significativas entre a administração, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria, em relação às demonstrações financeiras da companhia, recomenda a aprovação das Demonstrações Financeiras consolidadas do Banco Fibra, para o semestre encerrado em 30 de junho de 2021.

São Paulo, 23 de agosto de 2021.

Comitê de Auditoria

Marcos Chadalakian
Presidente e membro qualificado

Carlos Lofrano
Membro independente

Kumagae Hinki Junior
Membro